

EXPANSÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
E RECURSOS PARA SEU FINANCIAMENTO

Contribuição do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA, para o Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto nº 62.937, de 3 de julho de 1968.

Í N D I C E

	<u>Página</u>
1 - <u>BALANÇO DA EXPANSÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO PERÍODO 1960 - 1967</u>	1
1.1 - <u>Evolução dos Gastos Públicos no Setor Educacional</u>	1
1.1.1 - <u>Considerações Iniciais</u>	1
1.1.2 - <u>Despêndios Públicos Orcamentários na Área de Educação</u>	2
1.1.3 - <u>Comparações Internacionais</u>	11
1.2 - <u>Expansão Física do Sistema Educacional</u>	13
1.3 - <u>Produtividade do Sistema Educacional Brasileiro</u> ..	16
i) <u>Técnicos de Nível Médio</u>	24
ii) <u>Profissionais de Nível Superior</u>	24
1.4 - <u>Conclusões</u>	26
2 - <u>PROGRAMAÇÃO DA EXPANSÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL</u>	27
2.1 - <u>Quantificação de Metas para a Expansão do Ensino Superior</u>	27
2.1.1 - <u>Metas Globais</u>	27
2.1.2 - <u>Metas Específicas</u>	28
2.1.3 - <u>O Problema dos Excedentes e a Expansão do Ensino Superior</u>	36
2.2 - <u>Discussão do Critério de Fixação de Metas e Margem de Variação</u>	42
2.3 - <u>Critérios Para a Expansão</u>	46
2.3.1 - <u>Considerações Gerais</u>	46
2.3.2 - <u>Melhor Utilização da Capacidade Disponível</u>	47
2.3.3 - <u>Expansão da Capacidade da Rede de Ensino</u> ..	49
2.3.4 - <u>Alguns Critérios Específicos Importantes</u> ..	51
2.3.4.1 - <u>Cidades Universitárias</u>	51
2.3.4.2 - <u>Universidades Rurais</u>	51
2.3.4.3 - <u>Escolas Isoladas</u>	51
2.3.4.4 - <u>Situações Diversas</u>	52
2.4 - <u>Instrumentos de Ação</u>	52
3 - <u>OS RECURSOS PARA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR</u>	53
3.1 - <u>Estimativa de Recursos Públicos para Educação no Período 1968 - 1970</u>	53
3.2 - <u>Forma de Aplicação dos Recursos: O Sistema Financeiro da Educação</u>	56

ANEXO I

ANEXO II

EXPANSÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

E RECURSOS PARA SEU FINANCIAMENTO

1 - BALANÇO DA EXPANSÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NO PERÍODO 1960 - 1967

1.1 - Evolução dos Gastos Públicos no Setor Educacional

1.1.1 - Considerações Iniciais

Não existe nenhum critério preciso que permita a aferição do esforço realizado no setor educacional, em certo país, para determinado período.

Tradicionalmente, aceita-se como indicação mais aproximada da despesa em educação a evolução do percentual que as despesas em educação representam da Renda Nacional ou do Produto Interno Bruto, acompanhada da sua comparação, no plano internacional, com o constatado em países de igual nível de desenvolvimento.

Em virtude das deficiências estatísticas defrontadas no Brasil, é impossível estabelecer-se o quantitativo total dos dispêndios educacionais no País. Não se dispõe de uma avaliação do montante de gastos privados; os recursos não orçamentários, parcela relevante dos dispêndios da União, principalmente nos anos mais recentes, não são ainda conhecidos; os desembolsos de recursos externos, relevantes em passado mais próximo, não estão registrados e mesmo o valor dos recursos comprometidos - mas não necessariamente desembolsados - são conhecidos apenas parcialmente.

Devido às limitações aqui expostas, este documento se ocupa principalmente dos gastos públicos orçamentários e sua evolução; a fim de situar o esforço educacional brasileiro no plano internacional, faz-se uma comparação de certos índices, relevantes para essa análise, constatados em vários países do mundo.

É de notar que, ainda assim, devido a inúmeros fatores - expostos adiante -, mesmo a análise das aplicações públicas orçamentárias em educação está sujeita a algumas distorções.

Ainda que os dados apresentados careçam de maior precisão, o teor eloquente das constatações desta análise permite dedu-

zir que o poder público vem dispensando, nos últimos anos, especial atenção à área de educação.

1.1.2 - Dispêndios Públicos Orçamentários na Área de Educação

A participação de cada uma das esferas do poder público, na composição dos dispêndios orçamentários totais destinados à Educação, pode ser acompanhada, em sua evolução, no Quadro 1.

O Quadro 2, por seu turno, mostra a evolução dos gastos orçamentários do Governo Federal, segundo sua categoria econômica, no período 1960-1967. Para os Estados e Municípios essa apresentação não é possível, em face da falta de informações estatísticas adequadas.

Dever-se-ia esperar que após a Lei 4.320, dispondo sobre as normas de orçamento e contabilidade públicas, essa dificuldade fôsse superada e que, além dessa, se tornasse possível identificar a alocação de despesas segundo nível de ensino. Todavia, tal não sucedeu, embora ano a ano se constate um razoável aperfeiçoamento das técnicas de orçamento e contabilidade públicas.

QUADRO 1
PARTICIPAÇÃO DAS TRÊS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO NAS
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS COM EDUCAÇÃO

Em NCr\$ 1 000 correntes

ANNO DISCRIMINAÇÃO	1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966		1967	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
União	19 520	35,2	28 517	33,6	52 073	35,2	73 192	35,8	167 535	42,6	388 889	37,7	557 260	37,5	570 298	28,9
Estados	31 626	57,1	50 458	59,5	87 652	59,2	122 650	59,8	217 623	52,8	577 273	*55,9	834 133	*56,1	1 262 748	*63,8
Municípios	4 246	7,7	5 888	6,9	8 292	5,6	9 126	4,4	27 248	6,6	66 386	* 6,4	95 925	* 6,4	145 216	* 7,1
DESPESA PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA TO TAL	55 392	100,0	84 863	100,0	148 017	100,0	204 968	100,0	412 406	100,0	1 032 548	100,0	1 487 318	100,0	1 978 262	100,0

FONTES: Gastos da União: de 1960 a 1965 - Consolidação dos Balanços da União, pelo setor de Finanças Públicas do IPEA.

de 1966 a 1967 - Dados dos Balanços da União, coligidos pelo setor de Educação do IPEA, junto a IGF.

Gastos dos Estados e Municípios: de 1960 a 1964 dados do CTEF - 1965 a 1967 estimativas com base nos dados preliminares do CTEF.

(1) Foram feitas correções nos dados dos Balanços, relativos a despesas classificadas em categorias econômicas não correspondentes.

(*) Os valores absolutos foram estimados através dos Orçamentos, uma vez que não se dispõe das cifras definitivas.

QUADRO 2

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA

EVOLUÇÃO DA DESPESA A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - 1960/67 - NCr\$ 1 000

CATEGORIA ECONÔMICA	Programa Educação															
	1960	%	1961	%	1962	%	1963	%	1964	%	1965	%	1966	%	1967	%
3 - <u>DESPESAS CORRENTES*</u>	<u>12 744</u>	65,3	<u>18 502</u>	64,9	<u>33 427</u>	64,2	<u>39 913</u>	54,5	<u>82 161</u>	49,0	<u>203 822</u>	52,4	<u>425 942</u>	76,4	<u>368 323</u>	64,6
3.1 - <u>Custeio</u>	<u>3 098</u>		<u>3 659</u>		<u>7 649</u>		<u>13 633</u>		<u>17 709</u>		<u>55 526</u>		<u>168 535</u>		<u>88 994</u>	
3.1.1 - Pessoal	1 609	8,2	1 400	4,9	3 821	7,3	7 603	10,4	11 140	6,6	29 441	7,6	112 134	20,1	54 112	9,5
Outros	1 489		2 259		3 828		6 030		6 569		26 085		56 401		34 882	
3.2 - <u>Tr. Correntes</u>	<u>9 646</u>	49,4	<u>14 843</u>	52,0	<u>25 777</u>	49,5	<u>26 280</u>	35,9	<u>64 452</u>	38,5	<u>148 296</u>	38,1	<u>257 407</u>	46,2	<u>279 328</u>	49,0
4 - <u>DESPESAS DE CAPITAL*</u>	<u>6 776</u>	34,7	<u>10 015</u>	35,1	<u>18 646</u>	35,8	<u>33 279</u>	45,5	<u>85 374</u>	51,0	<u>185 067</u>	47,6	<u>131 318</u>	23,6	<u>201 975</u>	35,4
4.1 - <u>Investimento</u>	<u>6 776</u>	34,7	<u>9 960</u>	34,9	<u>18 646</u>	35,8	<u>33 279</u>	45,5	<u>85 074</u>	50,8	<u>125 638</u>	32,3	<u>81 507</u>	14,6	<u>137 709</u>	24,1
4.2 - <u>Inv. Financeiros</u>	-		<u>55</u>		-		-		<u>300</u>		<u>300</u>		<u>54</u>		<u>715</u>	
4.3 - <u>Tr. Capital</u>	-		-		-		-		-		<u>59 129</u>	15,2	<u>49 758</u>	8,9	<u>63 551</u>	11,1
DESPESA TOTAL DA UNIÃO EM EDUCAÇÃO	19 520	100,0	28 517	100,0	52 073	100,0	73 192	100,0	167 535	100,0	388 839	100,0	557 260	100,0	570 298	100,0

FONTE: Balanços da União

(*) Foram feitas correções nos dados dos balanços, relativas a despesas classificadoras em categorias econômicas não correspondentes.

Inúmeras observações devem ser feitas em relação aos quadros apresentados, em decorrência das imperfeições nêles contidas:

a) como já ficou devidamente explicado, não são computados, nos dados referentes à União, os dispêndios decorrentes de créditos especiais e extraordinários - ao longo de todo o período - e da arrecadação do salário-educação(*) - nos anos mais recentes;

b) os dados orçamentários relativos à União não incluem os dispêndios educacionais totais de alguns Ministérios, que não os explicitam claramente nos seus Balanços (caso dos Ministérios Militares); como exceção deve-se citar o fato de terem sido arrolados os gastos do Ministério da Agricultura e do Ministério das Relações Exteriores - em todo o período - e do Ministério do Exército - somente em 1966, ano no qual, aliás, parece ter havido certa superestimativa de suas despesas em educação;

c) Em relação às aplicações feitas com recursos externos, deve-se frisar que as mesmas só aparecem nos orçamentos no momento da amortização; assim, ficam totalmente excluídas as doações (para alimentação escolar, livros-texto, construções, etc.) e os financiamentos de longo prazo - totalidade, no caso de educação - não aparecem senão parceladamente e em montante reduzido.

A inclusão da parcela, conhecida com precisão, dos recursos externos canalizados para a educação no País, através do Poder Público, chegaria a alterar substancialmente a situação apresentada, em determinados anos (1963, por exemplo), conforme se observa nos Quadros 3 e 4.

QUADRO 3

ESTIMATIVA DOS RECURSOS EXTERNOS PARA A EDUCAÇÃO

NCr\$ 1 000 Correntes

A N O	TOTAL DE RECURSOS EXTERNOS(*)	RECURSOS PÚBLICOS TOTAIS	TOTAL GERAL
1960	166	55 392	55 558
1961	843	84 863	85 706
1962	390	148 017	148 407
1963	36 848	204 968	241 816
1964	5 928	412 406	418 334
1965	9 259	1 032 548	1 041 807
1966	64 508	1 487 318	1 551 826
1967	90 688	1 978 262	2 068 950

(*) Comprometidos pela assinatura de convênios.

(*) O Salário-educação arrecadado em 1967 atingiu NCr\$ 137 milhões (a preços correntes). Esses recursos, de origem federal, mas transferidos aos Estados, elevariam a participação da União a 34% dos dispêndios públicos totais em educação.

QUADRO 4ESTIMATIVA DE RECURSOS EXTERNOS PARA A EDUCAÇÃO

NCr\$ 1 000 de 1968

A N O	TOTAL DE RECURSOS EXTERNOS(*)	RECURSOS PÚBLICOS ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
1960	2 790	1 229 700	1 232 490
1961	10 290	1 370 600	1 380 890
1962	3 140	1 574 700	1 577 840
1963	170 590	1 255 100	1 425 690
1964	14 380	1 323 200	1 337 580
1965	13 670	2 109 100	2 122 770
1966	71 940	2 193 700	2 265 640
1967	78 860	2 275 000	2 353 860

(*) Comprometidos pela assinatura de convênios.

d) deve-se lembrar ainda que a classificação das despesas da União por funções foi gradualmente melhorada a partir de 1964, não havendo comparabilidade perfeita entre os dados; em 1967, por exemplo, ocorreu uma reclassificação de funções, que eram apenas 9 até 1966 e foram ampliadas para 18 programas (com isso, despesas anteriormente computadas na "Função Educação e Cultura" - principalmente na "Subfunção Diversos" - passaram a ser excluídas).

Feitas tais ressalvas pode-se também apresentar o Quadro 5, que mostra as despesas orçamentárias da União por funções. Considerando os resultados do Quadro 5 e levando em conta a observação d, verifica-se a razão da talvez aparente desaceleração das despesas educacionais em 1967.

QUADRO 5

DESPESAS DA UNIÃO POR FUNÇÕES - 1960/67 - NCr\$ 1 000 CORRENTES

FUNÇÕES	Programa Educação															
	1960	%	1961	%	1962	%	1963	%	1964	%	1965	%	1966	%	1967	%
Gov. e Adm. Geral	162 291		276 681		434 119		618 108		1 205 179		1 147 882					
Encargos Gerais	25 175		30 432		60 563		329 866		611 188		1 742 433					
Rec. Mat. e Agropec.	13 675		7 677		60 860		68 525		127 096		219 194					
Energia	63		1 860		8 955		23 186		74 000		151 699					
Transp. e Comun.	66 950		124 240		176 640		328 563		733 464		844 926					
Ind. e Comércio	939		1 267		3 472		6 206		9 846		21 926					
Educação e Cultura	19 520	6,2	28 517	5,7	52 073	5,9	73 192	4,6	167 535	5,3	388 889	7,4	557 260	9,1	570 298	7,0
Saúde	12 548		11 506		29 894		55 720		120 960		194 871					
Trab. Prev. Soc.	16 203		17 662		51 387		74 076		135 911		568 627					
TOTAL	317 364	100,0	499 842	100,0	877 963	100,0	1 577 442	100,0	3 185 179	100,0	5 280 447	100,0	6 136 021	100,0	8 172 970	100,0
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	18 030	5,7	26 821	5,4	49 361	5,6	70 097	4,4	161 500	5,1	396 424	7,5	456 519	7,4	587 433	7,2

FONTES: De 1960 a 1965 - Consolidação dos Balanços da União, pelo Setor de Finanças Públicas do IPEA.

De 1966 a 1967 - Dados dos Balanços da União, Coligidos pelo Setor de Educação do IPEA.

As despesas públicas orçamentárias podem ser comparadas no tempo através do Quadro 6, que as apresenta em moeda constante e em números-índices. Fica evidente, dêsse quadro, que a partir de 1965 houve acentuado incremento do esforço da União no Setor educacional e que êsse esforço foi devidamente acompanhado nas demais esferas do poder público.

O Quadro 7, por sua vez, sugere algumas comparações, no tempo, de relações relevantes para medir a evolução do suporte financeiro do País, através de seu setor público, ao setor educacional.

Mesmo com as ressalvas(*) feitas fica evidente o crescente esforço público no setor educacional.

(*) Para que se tenha uma idéia dos expressivos montantes de aplicações feitas através da União e não considerados nos diversos quadros apresentados, é suficiente dizer que, em 1967, a arrecadação total do salário-educação atingiu NCr\$ 158,2 milhões, a preços de 1968; os financiamentos e doações externas computadas somaram NCr\$ 78,8 milhões (a preços de 1968); o auxílio para alimentação escolar, não incluído nas estimativas realizadas, pode ser avaliado em NCr\$ 60 a NCr\$ 70 milhões. Em resumo, dever-se-ia adicionar cerca de NCr\$ 300 milhões à cifra do Quadro IV, para 1967, alterando substancialmente os seus resultados.

QUADRO 6

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA - 1960 A 1967

VALORES ABSOLUTOS

(NCr\$ Milhões de 1968)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
UNIÃO	433,3	460,6	554,0	448,2	537,5	794,3	821,9	655,8
Despesa Corrente	282,9	298,8	355,6	244,4	263,6	416,3	628,2	423,6
Despesa de Capital	150,4	161,8	198,4	203,8	273,9	378,0	193,7	232,2
ESTADOS	702,1	815,0	932,5	751,0	698,3	1 179,2	1 230,3	1 452,2
MUNICÍPIOS	94,3	95,0	88,2	55,9	87,4	135,6	141,5	167,0
DESPESA PÚBLICA TOTAL	1 229,7	1 370,6	1 574,7	1 255,1	1 323,2	2 109,1	2 193,7	2 275,0

NÚMEROS ÍNDICES

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
UNIÃO	100,0	106,3	127,8	103,4	124,0	183,3	189,7	151,3
ESTADOS	100,0	116,1	132,8	107,0	99,4	167,9	175,2	206,8
MUNICÍPIOS	100,0	100,7	93,5	59,3	92,7	143,8	150,0	177,1
T O T A L	100,0	111,5	128,0	102,1	107,6	171,5	178,4	185,0

QUADRO 7

DESPESA PÚBLICA COM EDUCAÇÃO E GASTOS DA UNIÃO COM EDUCAÇÃO
COMO PERCENTAGEM DO PIB E "PER CAPITA" - 1960 A 1970

AN O	(1) DESPESA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO NCr\$ 10 ⁶	(2) GASTOS DA UNIÃO EM EDUCAÇÃO NCr\$ 10 ⁶	(3) PRODUTO INTERNO BRUTO NCr\$ 10 ⁶	(4) POPULAÇÃO 1 000 HAB.	(5) (1)/(3) %	(6) (2)/(3) %	(7) (1)/(4) NCr\$ DE 1967	(8) (2)/(4) NCr\$ DE 1967
1960	55,4	19,5	2 418,8	70 141,2	2,2	0,8	17,6	6,2
1961	84,9	28,5	3 498,6	72 221,9	2,4	0,8	19,0	6,3
1962	148,0	52,1	5 498,0	74 353,2	2,7	0,9	21,2	7,5
1963	205,0	73,2	9 591,2	76 535,0	2,1	0,8	16,3	5,9
1964	412,4	167,5	18 867,3	78 767,1	2,2	0,9	16,8	6,8
1965	1 032,5	388,9	30 796,5	81 050,1	3,3	1,3	26,0	9,8
1966	1 487,3	557,3	44 369,1	83 384,5	3,3	1,3	26,3	10,0
1967	1 978,3	570,3	56 860,0	85 772,2	3,5	1,0	26,6	7,6

FONTES: Coluna (3): Centro de Contas Nacionais da FGV, até 1966 - Estimativas do IPEA para 1967/70

Coluna (4): Estimativas do Setor de Demografia do IPEA.

1.1.3 - Comparações Internacionais

A comparação, no plano internacional, dos esforços públicos no setor educacional pode ser concretizada através dos Quadros 8 e 9. O Quadro 8 apresenta os dispêndios públicos em educação, no Brasil, referidos à Renda Nacional. O Quadro 9, por sua vez, mostra a situação em diversos países do mundo, para o ano de 1962.

Mesmo estando subestimados, pelas razões já expostas, os gastos públicos em educação no Brasil, como apresentados neste documento, mostram-se extremamente relevantes. Isso é especialmente verdadeiro quando se estabelece a comparação internacional com países de níveis de desenvolvimento semelhantes aos nossos.

QUADRO 8

GASTOS PÚBLICOS ORÇAMENTÁRIOS DO BRASIL EM
RELAÇÃO À RENDA NACIONAL(*)

A N O	G P O	R N	G P O em % da R N
1960	55,4	1 902,8	2,9
1961	84,9	2 822,2	3,0
1962	148,0	4 406,8	3,3
1963	205,0	7 725,3	2,7
1964	412,4	14 966,1	2,8
1965	1 032,5	23 870,2	4,3
1966	1 487,3	33 177,3	4,5
1967	1 978,3

(*) Em NCr\$ 10⁶ Os dados de RN são da FGV

QUADRO 9
DESPESAS PÚBLICAS COM EDUCAÇÃO COMO PORCENTAGEM DA
RENDA NACIONAL, EM VÁRIOS PAÍSES - 1962

<u>ÁFRICA</u>		<u>EUROPA</u>	
Quênia	5,1	Alemanha Oc.	4,0
Sudão	5,6	Alemanha Or.	6,0
Marrocos	4,7	Áustria	4,0
Tanzânia	4,5	Bélgica	6,2
<u>AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL</u>		Bulgária	4,7
Canadá	7,6	Espanha	1,2
México	2,0(1)	Finlândia	8,1
El Salvador	2,7	França	4,2
Nicarágua	1,8(1)	Grécia	1,4
Estados Unidos	5,4(2)	Hungria	4,7
Panamá	4,4	Irlanda	4,1
Guatemala	1,6	Itália	6,3
<u>AMÉRICA DO SUL</u>		Luxemburgo	3,6
Argentina	3,5(1)	Noruega	6,1
Chile	3,9	Polônia	5,1
Colômbia	3,4	Portugal	2,0
Equador	2,3(1)	Reino Unido	5,8
Venezuela	2,4	Suécia	5,7(2)
Peru	4,8	Iugoslávia	5,1
<u>ÁSIA</u>		<u>URSS</u>	6,1
China (Taiwan)	4,1		
Coréia (Rep.da)	6,8		
Israel	8,4		
Japão	7,2		
Paquistão	1,8		
Filipinas	3,6		
Iraque	7,4		

FONTE: International Yearbook of Education - UNESCO, 1963/4/5.

(1) Apenas despesas do Governo Central

(2) Dado de 1961.

1.2 - Expansão Física do Sistema Educacional

As informações estatísticas disponíveis só permitem a apreciação da expansão do sistema educacional no período 1960 a 1966. Os Quadros 10 e 11 apresentam a evolução das matrículas, corpo docente, unidades escolares (cursos) e conclusões de curso, em cada nível de ensino.

No período citado, as matrículas no ensino primário aumentaram em 43%; no ensino médio duplicaram (sendo relevante o acréscimo verificado nas matrículas no ensino industrial), e no ensino superior aumentaram em 93%. Apesar de só se dispor das conclusões de curso até 1965, o crescimento destas - excetuado o nível médio de ensino - tem sido mais lento do que o das matrículas.

Nos níveis primário e médio, o corpo docente aumentou, de 1960 a 1966, em cerca de 73%, enquanto no ensino superior o acréscimo foi de 64%. Excetuado pois o ensino primário, estes aumentos são inferiores àqueles das matrículas.

Finalmente, com relação ao número de unidades escolares, os aumentos foram de 32% no ensino primário, 47% no nível médio e pouco menos de 10% no superior.

Essas variações das grandezas absolutas não têm maior significado quando examinadas isoladamente. Mais adiante, ao tratar-se da produtividade do sistema educacional, far-se-á a análise de algumas grandezas relativas que darão mais sentido a êsses números.

Entretanto, é importante notar desde já que o ensino público tem sido o maior responsável pela expansão assinalada do sistema educacional, principalmente nos níveis médio e superior. Assim é que a participação dos estabelecimentos governamentais na matrícula total aumentou de cerca de 35% para pouco mais de 50% no ensino médio e de 53% para 55% no ensino superior (*). No ensino primário a participação se mantém em torno de 89%, com um modesto aumento no período. É evidente que isto significa uma crescente democratização do ensino em todos os níveis e um esforço cada vez mais expressivo do Poder Público.

(*) - Deve-se notar que o Poder Público financia parcela substancial dos dispêndios com o ensino superior particular. Em 1961, por exemplo, último ano para o qual se dispõe de dados fidedignos, 39% da receita de todo o ensino superior provinham do Poder Público (especialmente da União).

QUADRO 10
MATRÍCULA GERAL NO BRASIL

A N O	ENSINO PRIMARIO	ENSINO MÉDIO					ENSINO SUPERIOR	
		Total Geral	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola		Normal
1960	7 476 096	1 224 485	904 252	194 124	26 081	6 428	93 600	93 202
1961	7 825 774	1 345 892	991 391	213 705	30 732	6 804	100 369	98 892
1962	8 517 609	1 515 834	1 113 102	241 431	36 712	7 010	113 260	107 963
1963	9 299 441	1 719 589	1 246 125	261 254	55 353	8 307	148 550	124 214
1964	10 217 324	1 892 724	1 368 177	270 036	68 819	10 295	175 397	142 386
1965	9 923 183	2 154 430	1 553 699	288 351	79 230	12 878	220 272	155 781
1966	10 695 391	2 483 212	1 805 247	306 308	91 621	14 410	265 626	180 109

FONTE: SEEC

QUADRO 11
CONCLUSÕES DE CURSO NO BRASIL

A N O	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO MÉDIO						ENSINO SUPERIOR
		Total	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal	
1960	551 448	179 156	121 369	29 516	3 632	1 900	22 739	16 813
1961	598 736	198 571	135 698	33 335	3 974	2 001	23 563	19 143
1962	616 470	214 575	146 249	35 821	3 814	1 061	27 630	19 472
1963	646 521(*)	250 309	170 079	41 891	5 362	1 316	31 661	19 049
1964	724 512(*)	288 443	194 162	49 206	6 241	1 683	37 151	20 282
1965	778 128(*)	325 547	218 839	49 335	7 383	1 900	48 090	20 793
1966	...							

FONTE: SEEC

(*) - Aprovações na 4ª série; exclusive a Guanabara em 1963.

1.3 - Produtividade do Sistema Educacional Brasileiro

A medição da produtividade dos sistemas educacionais é, sob o ponto-de-vista conceitual, extremamente difícil. Alguns critérios quantitativos podem, porém, ser utilizados na avaliação da produtividade dos fatores ou insumos do processo educacional.

Um primeiro critério consiste na comparação entre o crescimento das conclusões de curso e aquêles das matrículas, ao longo do tempo. O Quadro 12 a seguir, apresenta a evolução das conclusões de curso como proporção da matrícula total no ano, para os três níveis de ensino.

QUADRO 12

CONCLUSÕES DE CURSOS EM RELAÇÃO À MATRÍCULA DO MESMO ANO (%)

ANOS	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO MÉDIO						ENSINO SUPERIOR
		Total	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal	
1960	7,4	14,6	13,4	15,2	13,9	29,6	24,3	18,0
1961	7,7	14,8	13,7	15,6	12,9	29,4	23,5	19,4
1962	7,2	14,2	13,1	14,8	10,4	15,1	24,4	18,0
1963	7,0	14,6	13,6	16,0	9,7	15,8	21,3	15,3
1964	7,1	15,2	14,2	18,2	9,1	16,3	21,2	14,2
1965	7,8	15,1	14,1	17,1	9,3	14,8	21,8	13,3

OBS.: Dados originais do SEEC.

Nota-se que o nível primário apresenta um declínio dessa proporção até 1964. A recuperação havida em 1965 deve-se a uma mudança de critério: enquanto até 1964 o ASEEC apurava a "matrícula geral", em 1965 o critério passou a ser o de apuração da "matrícula no início do ano", a qual é menor que aquela. A queda da proporção é indicativa de um crescimento mais rápido das matrículas do que das conclusões de curso, o que por sua vez significa uma expansão quantitativa não acompanhada por melhoria dos padrões do aproveitamento escolar nesse nível de ensino. O mais provável é que tal comportamento tenha persistido em 1965. Conclusão semelhante se aplica ao nível superior de ensino, no qual a queda da proporção é ainda mais acentuada do que no ensino primário. Já ao nível

intermediário de ensino, quando tomados todos os ramos, verifica-se uma melhoria modesta da proporção considerada, o que significa que, de um modo geral, as conclusões de curso têm crescido mais rapidamente do que as matrículas.

Outra relação quantitativa útil na avaliação da produtividade interna do sistema é a relação alunos/professor. Os Quadros 13 e 14 seguintes mostram a evolução desse indicador nos vários níveis e ramos do ensino brasileiro, bem como sua posição em alguns países do mundo. Em termos de evolução, a relação nacional apresenta uma tendência declinante no ensino primário, enquanto cresce nos níveis médio e superior. A primeira tendência se justificaria não por uma queda na produtividade do corpo docente mas sim pela extensão dos benefícios da educação primária a áreas de pequena concentração demográfica, onde o número de alunos é geralmente menor em cada classe.

No ensino médio a relação alunos/docente apresenta uma evolução crescente em todos os ramos, revelando uma razoável melhoria, da produtividade do corpo docente. Enquanto este cresceu, no período observado, em pouco mais de 70%, a matrícula total mais do que duplicou. É de notar que essa melhoria de produtividade foi mais substancial no ensino técnico industrial, o que se deve em parte à escassez de professores especializados, mas principalmente ao espetacular crescimento das matrículas nesse ramo de ensino e ao aparecimento conseqüente de economias de escala.

O incremento observado na relação alunos/docente no ensino superior é comparável àquele verificado no ensino médio em geral, embora as grandezas absolutas tenham sofrido acréscimos mais modestos.

Relativamente às grandezas internacionais, cujos valores se referem ao ano de 1962, verifica-se que, nos dois primeiros níveis de ensino as relações brasileiras não se afastam muito das médias. O mesmo não se dá, porém, no que se refere ao ensino superior, no qual mesmo a média brasileira verificada em 1966 é significativamente inferior ao padrão internacional.

QUADRO 13

RELACÃO ALUNOS/DOCENTE NO ENSINO BRASILEIRO

ANOS	ENSINO PRI- MÁRIO	ENSINO MÉDIO						ENSINO SUPE- RIOR
		Total	Secun- dário	Comer- cial	Indus- trial	Agrí- cola	Normal	
1960	33,0	13,5	14,8	12,3	3,4	5,7	6,8	4,2
1961	34,9	12,9	15,2	12,7	4,7	5,7	6,8	4,3
1962	31,0	14,2	16,9	13,2	6,7	6,2	6,9	4,1
1963	30,8	14,3	16,7	13,4	8,3	6,0	8,0	4,3
1964	30,3	14,3	16,8	13,9	8,9	6,6	8,4	4,7
1965	28,2	14,9	17,2	13,3	10,1	7,7	9,5	4,7
1966	27,2	15,8	18,1	13,7	11,4	7,9	10,3	5,0

OBS.: Dados originais do SEEC.

Poder-se-ia ainda citar, para confronto com a anterior, a relação alunos/curso, a qual tem apresentado um crescimento contínuo no Brasil; para o ensino primário havia 77,4 alunos por curso em 1960 e em 1964 êsse número era 31,8, atingindo 84,0 em 1966; nos mesmos anos, a relação para o ensino médio foi de 173,7, 220,3 e 239,3 respectivamente; no ensino superior os valores observados foram 78,4, depois 113,3 e 138,1, nos mesmos anos. Como resultado do comportamento das duas relações - alunos/docente e alunos/curso - o número de professores por curso também vem aumentando, mesmo nos níveis médio e superior, em virtude da rapidez do crescimento das matrículas.

Uma medida talvez mais concreta da produtividade dos insumos do processo educacional, ou seja, da produtividade interna do sistema, pode ser obtida pelo acompanhamento de várias turmas ao longo da vida escolar. É o que se faz no Quadro 15, onde seis turmas são acompanhadas desde o ingresso no curso primário até o ingresso no superior, e as restantes até a última série em que se matricularam, de acôrdo com as estatísticas disponíveis. O quadro destaca apenas as séries mais relevantes em cada nível de ensino, indicando o número de alunos que atingem cada série como proporção da matrícula na 1ª série do nível primário, na mesma turma.

QUADRO 14RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM ALGUNS PAÍSES DO MUNDO - 1962

PAÍSES	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
Polônia	31	11	6
Dinamarca	29	23	7
Equador	38	11	8
Argélia	39	14	8
Tcheco-Eslováquia	25	21	10
Hungria	25	29	10
Venezuela	53	19	10
Finlândia	42	18	10
Cuba	33	17	12
Yugoslávia	32	18	12
Itália	21	12	12
Áustria	22	15	14
Portugal	33	19	15
Bulgária	24	18	15
Argentina	24	7	15
BRASIL	31	14	4

FONTES: AIE - UNESCO - 1964
SEEC para o Brasil

Analisando as colunas do Quadro 15, verifica-se que todos os índices apresentam uma tendência crescente. Os crescimentos mais modestos são aqueles dos índices referentes à 2ª série do curso primário e à 1ª série do superior.

De cada 1 000 alunos que ingressaram no ensino primário em 1950, chegaram a matricular-se no ensino superior, em 1961, 13 alunos, ou seja, 1,3%. Já da turma que ingressou no sistema em 1955, 17 (ou seja, 1,7%) atingiram o curso superior. Isto representa uma melhoria de cerca de 30% no aproveitamento escolar ao longo do processo, ou uma redução de 30% no número de adolescentes que abandonam o processo educacional por motivos diversos, entre os quais a necessidade de ingresso imediato no mercado de trabalho.

Se analisamos as demais turmas, a partir de 1956, verificamos que essa melhoria do aproveitamento escolar tende a prosseguir e, conseqüentemente, a reduzir a pressão sobre o mercado de trabalho. Evidentemente, deve-se ter sempre presente que parte das matrículas no ensino médio se refere aos ramos técnicos, de formação de mão-de-obra intermediária qualificada.

A segunda e quarta colunas do quadro evidenciam que os principais "pontos de estrangulamento" do processo educacional brasileiro continuam sendo as primeiras séries dos cursos primário e ginásial. Os melhores índices, obtidos nos últimos anos (*), indicam que menos de 50% das crianças que ingressam na 1ª série, apesar da insuficiência das estatísticas a respeito, tudo leva a crer que o índice de reprovações seja maior do que o de evasões, propriamente ditas, durante o ano. É claro que isto tem repercussão imediata na capacidade de matrículas da rede do ensino primário, que poderia elevar consideravelmente seu índice de atendimento a população escolar desde que eliminado o congestionamento causado pela desusada taxa de repetência (cerca de 60% dos alunos da 1ª série são repetentes e apenas 40% correspondem a matrículas novas).

Nos últimos anos, cerca de 3/4 dos alunos que estavam matriculados na 4ª série do curso primário, têm conseguido atingir a 1ª série do curso ginásial. Apesar de ter sido aumentada a duração do curso primário em muitos casos, este índice melhorou sensivelmente, mas ainda assim pode ser considerado baixo quando temos em conta que o curso ginásial é a continuação do primário, cobrindo ambos a educação básica da criança. As limitações de capacidade da rede escolar impuseram o chamado "exame de admissão" erigido como

(*) - A mudança de critérios na apuração das matrículas, já mencionada, responde pela queda do índice na turma 1964/75.

QUADRO 15

SELETIVIDADE DO ENSINO BRASILEIRO
(MATRÍCULAS POR SÉRIE - NÚMEROS RELATIVOS)

TURMAS	PRIMÁRIO			GINASIAL		COLEGIAL		SUPERIOR
	1ª Série	2ª Série	4ª Série	1ª Série	4ª Série	1ª Série	3ª Série	1ª Série
1950/61	1.000	385	160	87	45	44	27	13
1951/62	1.000	383	166	89	46	44	28	13
1952/63	1.000	385	172	93	48	47	30	15
1953/64	1.000	401	180	98	51	50	34	18
1954/65	1.000	395	181	101	53	51	35	15
1955/66	1.000	398	187	101	55	54	39	17
1956/67	1.000	409	193	101	61	60	42	
1957/68	1.000	411	199	104	62	64		
1958/69	1.000	411	203	111	68	72		
1959/70	1.000	421	219	133	76			
1960/71	1.000	425	229	143				
1961/72	1.000	425	202	152				
1962/73	1.000	448	232	163				
1963/74	1.000	449	245					
1964/75	1.000	401						
1965/76	1.000	449						

uma barreira no que deveria ser uma seqüência natural. E a barreira continua existindo, mesmo quando a limitação de capacidade já não é a mesma. A seletividade, necessária, do curso superior tem sido menos rigorosa do que a do curso ginásial, se considerarmos que parte dos egressos do ensino médio deveria destinar-se diretamente ao mercado de trabalho.

Também ao longo do curso superior, o índice de aproveitamento escolar tem apresentado algumas melhorias, como se depreende do Quadro 16, que mostra as perdas ao longo de algumas turmas, de cursos específicos, como percentagem da matrícula nas primeiras series.

Entretanto, analisado sob o ponto-de-vista do que se poderia denominar a "microeconomia da educação", o ensino superior ostenta baixíssimos índices de produtividade: há grande capacidade ociosa de professores como evidencia a relação alunos/docente; há subutilização das salas e laboratórios; em passado recente, mesmo os recursos financeiros federais alocados às Universidades permaneciam ociosos, integrando-se aos seus vultosos "Fundos Especiais" (cêrca de NCr\$ 17 milhões, em 1964, em apenas cinco Universidades Federais). Realmente, o sistema de ensino superior no Brasil está totalmente dissociado da realidade nacional: a carga horária anual dos alunos é demasiado pequena; as unidades de ensino permanecem paralisadas durante metade do ano; a proliferação exagerada de cursos (1115, em 1960, para 1304, em 1966) não permite auferir-se as economias de escala desejáveis nesse nível de ensino. As obras suntuárias das Universidades brasileiras (que eram 24 em 1960 e passaram a 50 em 1967) permanecem subutilizadas, principalmente no presente, quando quase todas constroem em seus "campuses" várias unidades simultaneamente, sem liberar as antigas unidades e usando, muitas vezes, padrões arquitetonicos inadequados. Em muitos casos, as Universidades Federais, ao mesmo tempo que constroem as suas "Cidades Universitárias" compram imoveis em outras áreas, com visivel irracionalidade administrativa.

Finalmente, poder-se-ia tentar uma avaliação da "produtividade externa" do sistema educacional, ou seja, do desempenho do produto do sistema que é oferecido ao mercado.

Obviamente, esta é tão difícil de avaliar quanto a produtividade interna, ou mais, se considerarmos a disponibilidade de informaçoes a respeito. De um lado seria necessário conhecer as exigências do mercado de trabalho, em têrmos de tipo, quantidade e qualidade da mão-de-obra qualificada que necessita. Estas exigênc-

QUADRO 16

ÍNDICES DE PERDAS NO ENSINO SUPERIOR

(1ª Série = 100)

CURSOS	TURMA	MATRÍCULA 1ª SÉRIE	CONCLUSÃO	PERDAS NA TURMA
<u>Arquitetura</u>	1960/1964	100	87	13%
	1961/1965	100	87	13%
<u>Engenharia</u>	1961/1964	100	87	13%
	1961/1965	100	87	13%
<u>Medicina</u>	1958/1963	100	83	17%
	1959/1964	100	89	11%
	1960/1965	100	94	6%
<u>Enfermagem</u>	1961/1964	100	41	59%
	1962/1965	100	78	22%
<u>Direito</u>	1959/1963	100	70	30%
	1960/1964	100	67	33%
	1961/1965	100	72	28%
<u>Veterinária</u>	1960/1963	100	65	35%
	1961/1964	100	62	38%
	1962/1965	100	75	25%
<u>Agronomia</u>	1960/1963	100	79	21%
	1961/1964	100	80	20%
	1962/1965	100	84	16%

FONTE: Dados originais do SEEC.

cias poderiam ser então confrontadas com os fluxos de graduados que saem das escolas de formação profissional em qualquer nível.

Uma tal apreciação, em termos precisos, é, no momento, im possível. Pode-se apenas registrar algumas observações geralmente do domínio público:

1) Técnicos de Nível Médio

O sistema educacional fornece ao mercado de empregos, profissionais qualificados de nível médio (técnico industrial, agrícola e comercial) e de nível superior. Dentre os primeiros, o ensino comercial é o que tem contribuído com o maior contingente de técnicos, seguido do ensino industrial; êste, porém, é o que vem apresentando a mais rápida expansão de matrículas, devendo passar a contribuir de maneira significativa para a formação dos quadros profissionais intermediários da economia. Entretanto, tem-se observado que na realidade o mercado de trabalho não tem conseguido reter uma proporção considerável dêsses técnicos intermediários, que, via de regra, preferem prosseguir seus estudos, encaminhando-se para a Universidade após um curto estágio nos empregos. Muito provavelmente isto vem sucedendo pela falta de estímulos de mercado, bem como pelo pequeno prestígio social que ainda é atribuído às profissões de nível médio. Dependendo de uma verificação empírica adequada, há indicações de que a falta de estímulos de mercado poderia ser atribuída à qualidade do técnico formado, que geralmente exige algum aperfeiçoamento na própria empresa.

ii) Profissionais de Nível Superior

É sabido que o sistema nacional de ensino superior tem formado uma proporção muito elevada de bacharéis em humanidades e ciências sociais. A julgar pela diversificação das matrículas no ensino superior nos últimos anos - apresentada no Quadro 17 - tal situação deverá perdurar ainda por alguns anos.

No entanto, pode-se observar que a participação da área de tecnologia, representada no Quadro apenas pelos cursos de engenharia, vem melhorando consideravelmente enquanto se deteriora a participação do ensino das ciências da saúde, notadamente medicina e odontologia.

UNO SUPERIOR

%	1965		1967 (*)	
	ABS	%	ABS	%
11,7	19 751	12,7	29 020	13,6
1,8	2 601	1,7	2 817	1,3
1,7	2 506	1,3	2 729	1,3
23,3	33 608	21,6	42 499	19,9
22,5	36 314	23,3	51 289	24,0
61,0	94 780	60,6	128 354	60,1
2,7	4 397	2,8	5 195	2,4
0,9	1 740	1,1	2 356	1,1
3,6	6 137	3,9	7 551	3,5
0,9	1 056	0,7	1 538	0,7
1,8	2 350	1,5	3 122	1,5
9,9	15 574	10,0	20 295	9,5
4,7	6 044	3,9	7 413	3,5
2,1	3 086	2,0	3 630	1,7
19,4	28 110	18,1	35 998	16,9
12,5	21 986	14,1	31 521	14,7
12,5	21 986	14,1	31 321	14,7
3,5		3,3		4,8
100,0	155 781	100,0	213 741	100,0

O mesmo quadro quando analisado ao nível dos cursos, apresenta resultados interessantes. A demanda pelos cursos de administração e economia vem crescendo substancialmente, enquanto o curso de direito vem sendo proporcionalmente menos procurado. Os cursos das Faculdades de Filosofia também têm apresentado uma demanda proporcionalmente crescente, incluindo-se aí os cursos de Ciências (Matemática, Física e Química).

Deve-se ressaltar, entretanto, que o mercado de trabalho para certos profissionais de nível superior - especificamente aqueles que dificilmente podem exercer a profissão como autônomos, dada a própria natureza da profissão - apresenta certas deturpações que podem ser atribuídas principalmente à falta de confiança dos empregadores na qualidade dos profissionais que vêm pressionar o mercado de empregos. Como resultado, manifesta-se uma relativa depressão dos salários em alguns casos, estreitamente do mercado em outros, quando não uma dicotomia do mercado: aberto e com altos salários para profissionais considerados de alto gabarito e estreito e com salários baixos para aqueles considerados médios.

1.4 - Conclusões

O sistema educacional brasileiro tem recebido apoio do setor público para realizar uma expansão acelerada, parecendo sofrer as consequências de um crescimento explosivo, que tem dificultado a adoção de medidas administrativas capazes de racionalizar o uso dos recursos em jogo.

O Brasil vive um momento histórico importante, o qual só comporta uma opção: realizar a expansão acelerada de seu sistema educacional, de ora em diante, dentro de critérios racionais e acompanhar o incremento do atendimento escolar com um crescente aperfeiçoamento de seus mecanismos administrativos.

Os dados analisados atrás indicam a possibilidade de uma expansão quantitativa razoável e a curto prazo, pela melhoria da produtividade dos fatores que intervêm no processo educacional.

2 - PROGRAMAÇÃO DA EXPANSÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 - A Quantificação de Metas para a Expansão do Ensino Superior

2.1.1 - Metas Globais

As metas globais de expansão do sistema de ensino superior no Brasil estão descritas no Quadro 18, no qual se estabelecem, também, suas comparações com matrículas e conclusões constatadas em passado recente.

QUADRO 18

ENSINO SUPERIOR - MATRÍCULAS E CONCLUSÕES

(1 000 alunos)

A N O	MATRÍCULA INICIAL TOTAL	MATRÍCULA 1ª SÉRIE	MATRÍCULA NOVA NA 1ª SÉRIE	CONCLUSÕES DE CURSO
1966	180 (*)	53 (**)	48	24 (*)
1967	214 (**)	70 (**)	63	26
1968	241 (**)	71	64	28
1969	261	75	68	34
1970	294	80	72	42
CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO				
1967/70	11%	4,5%	4,5%	17,4%
1966/70	13%	10,8%	10,8%	15,0%

(*) Dado observado

(**) Estimativa preliminar

OBS.: Na leitura do quadro deve-se levar em conta que o excepcional crescimento das matrículas na 1ª série em 1967 mascara a expansão do sistema no período, se tomado esse ano como base. O mesmo saldo reflete-se na expansão das conclusões em 1970, sem o que a taxa de crescimento dessa variável não seria tão acentuada (reduzir-se-ia para 12%, em média, entre 1969 e 1966).

As metas globais foram obtidas adotando-se uma metodologia mista, que levou em consideração as condições do mercado de trabalho no decênio 1967/1976 e as implicações políticas e sociais da crescente demanda de ensino superior no País.

2.1.2 - Metas Específicas

As metas globais carecem de maior detalhamento de modo a que seja assegurado o atingimento de certos níveis mínimos de matrículas no tocante aos ramos profissionais tidos como prioritários. Por êsse motivo, procurou-se desagregar as projeções globais, dando tratamento específico às modalidades de ensino superior que formam profissionais estratégicos para o progresso nacional e sobre os quais se dispõe de melhores informações estatísticas.

Em todos os casos, partiu-se de uma estimativa sobre a demanda, em 1976, para os diversos tipos de mão-de-obra e obteve-se o ritmo de sua incorporação anual ao mercado de trabalho. A seguir, estas incorporações foram traduzidas em termos de produção do sistema educacional e, finalmente, obteve-se uma programação de matrículas para cada especialidade.

Evidentemente, o sistema de ensino, e o mercado de trabalho para as diferentes especialidades, apresenta características as mais diversas e, desta forma, os ritmos de crescimento a se impor a cada uma delas poderão ser substancialmente distintos. Não deverá, pois, ser interpretado de forma errada o fato de que as matrículas de umas especialidades crescem mais que as de outras: isto não reflete uma escala de prioridades, mas sim que a sua dimensão atual está mais afastada das necessidades previstas do que a outra.

Ao avaliar-se a dimensão das metas, duas observações importantes devem ser feitas. Primeiro, as metas específicas apresentadas constituem necessidades mínimas, que deverão ser ultrapassadas para ter-se segurança do atendimento ao mercado de trabalho. Segundo, maior esforço será necessário acima dos aumentos previstos, se se quiser levar em conta a modificação do perfil educacional da mão-de-obra considerado constante durante o triênio para efeito das estimativas.

Em decorrência da expansão mínima planejada para as modalidades profissionais consideradas, os estoques de pessoal ao nível superior no Brasil, sentirão as alterações mostradas nos Quadros 19, 20 e 21. As matrículas totais mínimas, por seu turno, evolvirão conforme o Quadro 22.

QUADRO 19

PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE ENGENHEIROS,
QUÍMICOS E ARQUITETOS

ESPECIFICAÇÃO	ENGENHEIROS	QUÍMICOS			ARQUITETOS	ENGENHEIROS DE OPERAÇÃO
	TRADICIONAIS	Engenheiros Químicos	Químicos Industriais	Bacharéis em Química		
Estoque em 1967	29 004	1 892	1 743	235	4 400	-
Estoque em 1971	42 026	2 478	1 908	309	6 213	3 545
Perdas do período 67/70	4 060	260	215	30	600	25
Contingente a formar e incorporar à força de trabalho no período 1967/70	16 400	800	345	100	2 310	3 570
Crescimento médio anual do estoque (%)	9,7	7,0	2,3	7,1	9,0	-

QUADRO 20
PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE TÉCNICOS AGRÍ-
COLAS DE NÍVEL MÉDIO, AGRÔNOMOS E VETERINÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	AGRÔNOMOS	VETERINÁRIOS
Estoque em 1967	6 490	2 850
Estoque em 1971	9 576	4 421
Perdas no período 1967/70	770	340
Contingente a formar e incorporar à fôrça de trabalho no período 1967/ 70	3 850	1 910
Crescimento médio anual do esto- que (%)	10,2	11,6

QUADRO 21
PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS
DE PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	MÉDICOS	DENTISTAS	BIOQUÍMI- COS (Farmacêu- ticos)	ENFERMEIRAS
Estoque em 1967	38 260	24 838	6 190	6 754
Estoque em 1971	45 730	27 825	7 819	7 520
Perdas no período 1967/70.	4 070	2 590	670	690
Contingente a formar e in- corporar à fôrça de traba- lho no período 1967/70 ...	11 530	5 580	2 290	1 460
Crescimento médio anual do estoque (%)	4,6	3,8	6,0	2,7

QUADRO 22

METAS MÍNIMAS DE MATRÍCULAS TOTAIS NOS RAMOS PRIORITÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	1966	SITUAÇÃO ATUAL (1967)	PREVISÃO (1970)	AUMENTO (%)	
				1966/1970	1967/1970
a) Engenharia de Operação (previsão mínima de matrículas)	-	2 000	6 805	-	240
b) Engenharia Tradicional (idem).	21 047	22 326	24 800	18	11
c) Engenharia Química (idem)	1 042	1 124	1 675	61	49
d) Química Industrial (idem)	327	379	1 427	336	277
e) Arquitetura (idem)	3 052	3 428	5 514	81	61
f) Agronomia (idem)	4 267	4 455	4 807	13	8
g) Veterinária (idem)	1 977	2 247	2 754	39	23
h) Medicina (idem)	17 454	19 074	24 311	39	27
i) Odontologia (idem)	6 548	6 801	10 571	61	55
j) Bioquímica (idem)	2 685	2 831	5 986	123	111
l) Enfermagem (idem)	1 121	1 287	2 062	84	60

Para que essas metas mínimas de matrículas possam ser atingidas faz-se necessário observar, para as carreiras em aprêço, a expansão mínima, segundo as diversas séries, prevista nos Quadros 23 a 34.

QUADRO 23

ENGENHARIA TRADICIONAL - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	5 240	4 680	4 550	4 140	4 690	23 300	100,0
1969	5 630	5 030	4 490	4 350	4 000	23 500	100,9
1970	6 050	5 400	4 820	4 290	4 200	24 800	106,4

QUADRO 24

ENGENHARIA DE OPERAÇÃO - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	2 200	1 860	-	4 060	100,0
1969	2 420	2 046	1 720	6 186	152,4
1970	2 662	2 251	1 892	6 805	167,6

QUADRO 25

ENGENHARIA QUÍMICA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	381	268	238	213	191	1 291	100,0
1969	419	362	257	230	206	1 474	114,2
1970	460	398	347	248	222	1 675	129,7

QUADRO 26

QUÍMICA INDUSTRIAL - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	281	118	96	79	574	100,0
1969	432	267	112	91	902	157,1
1970	659	410	253	105	1 427	248,6

QUADRO 27

BACHARELATO EM QUÍMICA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	34	28	26	25	113	100,0
1969	36	32	26	25	119	105,3
1970	39	34	31	25	129	114,2

QUADRO 28

ARQUITETURA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 211	904	776	666	511	4 068	100,0
1969	1 363	1 150	876	750	643	4 782	117,6
1970	1 533	1 295	1 114	847	725	5 514	135,5

QUADRO 29

AGRONOMIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 214	1 188	1 069	952	4 423	100,0
1969	1 308	1 153	1 125	1 010	4 596	103,9
1970	1 408	1 243	1 093	1 063	4 807	108,7

QUADRO 30

VETERINÁRIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	800	633	516	432	2 381	100,0
1969	800	720	593	482	2 595	109,0
1970	800	720	680	554	2 753	115,7

QUADRO 31

MEDICINA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	4 700	3 673	3 389	3 125	3 539	2 920	21 346	100,0
1969	4 967	4 583	3 579	3 299	3 074	3 500	23 002	107,8
1970	5 233	4 843	4 465	3 484	3 246	3 040	24 311	113,9

QUADRO 32

ODONTOLOGIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	2 435	1 908	1 700	1 227	7 270	100,0
1969	2 908	2 192	1 802	1 300	8 202	112,8
1970	4 506	2 617	2 070	1 378	10 571	145,4

QUADRO 33

BIOQUÍMICA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 783	811	705	500	3 799	100,0
1969	2 024	1 462	742	660	4 888	128,7
1970	2 297	1 660	1 337	692	5 986	157,6

QUADRO 34

ENFERMAGEM - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	690	450	338	1 478	100,0
1969	793	552	420	1 765	119,4
1970	911	634	517	2 062	139,5

As metas específicas apresentadas são mínimas, no sentido de que as projeções foram realizadas de modo a atender-se estritamente às necessidades futuras do mercado de trabalho. Algumas, inclusive, já foram, em 1967, superadas por larga margem. Assim, ao considerar-se a pressão da demanda do ensino superior e as vantagens de um crescimento harmônico de suas diversas modalidades profissionais, pode-se admitir que as metas específicas mínimas sejam superadas ao longo do triênio, na prática, em cerca de 5% para os efetivos da 1ª série e 10% para as matrículas totais. Margens mais elevadas podem ser toleradas a curto prazo, mas não são desejáveis a longo prazo, pelas razões já expostas. No caso específico da enfermagem pode-se admitir uma superação mais ampla, chegando até 40% das matrículas totais. (*)

A fixação das metas globais, como foi dito, atendeu a implicações diversas, não se guiando apenas pelas potencialidades do mercado de trabalho. Houve uma preocupação constante com o problema dos excedentes, cuja solução depende de inúmeras medidas paralelas mas decorre, especialmente, de uma expansão mais acelerada do sistema de ensino.

Tendo condicionado a fixação de metas e merecendo especial atenção das autoridades, o problema dos excedentes é tratado em detalhe na seção seguinte.

2.1.3 - O Problema dos Excedentes e a Expansão do Ensino Superior

a) Natureza e Dimensão do Problema dos Excedentes

Inicialmente, num programa do Governo, é preciso definir qual o "excedente" que merece atenção. O excedente de ensino superior com cuja situação o Governo Federal deve preocupar-se é todo aquele estudante que, tendo concluído o curso colegial e prestado exame vestibular, não obteve vaga nos estabelecimentos de ensino superior, apesar de possuir conhecimentos e aptidões que o capacitam a frequentá-los com aproveitamento normal, de modo a diplomarse e ingressar na força de trabalho com reais vantagens para si e para a sociedade.

(*) Nas Escolas de Enfermagem existe enorme capacidade ociosa, por falta de candidatos. As metas foram estabelecidas com deficit, pois considerou-se a impossibilidade de atingir o estoque desejável, em virtude da inexistência de demanda de vagas, a qual está muito ligada às condições de prestígio da profissão e, talvez, ao seu currículo demasiado longo.

É uma ilusão pensar-se que o vestibular deveria ser abolido e que o diploma de curso colegial devesse dar acesso automático aos estabelecimentos de ensino superior. Este é necessariamente seletivo, e deve destinar-se apenas àqueles que possuem méritos intelectuais especiais. Isto é verdadeiro mesmo para os países de alto nível de desenvolvimento. Considerando-se o caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, a seletividade é ainda mais necessária, em virtude da limitação de recursos para ampliar a capacidade da rede de ensino superior. Realmente, se ainda não conseguimos eliminar a seletividade no ensino primário e se ela é evidente nos cursos médios, como fazê-lo no superior? Além disso, a absorção dos profissionais pelo mercado de trabalho também é limitada e desaconselha sua diplomação em quantidades excessivamente elevadas. Já são comuns, hoje, o desemprego e o subemprego de profissionais de nível superior em países subdesenvolvidos, com reflexos sociais extremamente negativos.

Como se depreende da própria definição de excedente, não é possível conhecer-se com exatidão qual o seu número, em determinado ano, em certo ramo de ensino, em nosso País: os exames vestibulares não permitem estabelecer uma escala de mérito entre todos os vestibulandos brasileiros, dada a sua heterogeneidade e em decorrência de sua formulação inadequada (1). Tal fato já limita, evidentemente a racionalidade no ataque ao problema dos excedentes. Todavia, é necessário ressaltar que existem alguns dados que permitem, pelo menos, verificar em que ramos de ensino o problema é mais relevante e, portanto, onde a ação deve concentrar-se.

Realmente, a situação é mais grave naquelas modalidades de ensino em que a relação entre candidatos e vagas é mais elevada (demanda elevada), ao mesmo tempo em que a seletividade durante o

(1) - Ver, a propósito, o 2º Volume do "Diagnóstico da Educação no Brasil", IPEA, 1966, na seção 4.7, referente aos Vestibulares.

curso é baixa (bom aproveitamento), e na medida em que o tipo de profissional formado nesses ramos de ensino é de grande utilidade para o desenvolvimento (1)

Deve-se frisar, porém, que outros ramos educacionais podem ter excedentes, mesmo sem apresentar as características apontadas, o que deriva de inúmeros fatores. O importante, contudo, é mostrar que o problema parece mais agudo em alguns casos (como Medicina e Engenharia), aí merecendo ataque mais urgente, embora a análise feita no Programa Estratégico tenha caráter mais abrangente, focalizando todo o ensino superior brasileiro.

b) Soluções de Médio Prazo para o Problema dos Excedentes

À primeira vista, a solução para o problema dos excedentes estaria apenas na expansão pura e simples da rede de estabelecimentos de ensino superior, de modo que as vagas atendessem quantitativamente aos vestibulandos capazes de cursar o ensino superior nas condições explicitadas no item anterior. Por esse motivo, a fixação das metas globais do ensino superior já levou em consideração a necessidade de atender à demanda crescente de vagas nesse nível educacional.

(1) - Esse tipo de raciocínio conduz à identificação da Medicina e da Engenharia como os cursos que necessitam de enfoque mais profundo, ao tratar-se da questão dos excedentes. Nestes casos, a demanda por vagas excede a oferta nas proporções de 7,6:1 e 3,2:1, respectivamente em Medicina e Engenharia, contra uma média nacional, para todos os ramos, de apenas 1,6:1 (dados de 1964, contidos no 2º Volume do Diagnóstico de Educação no Brasil, seção 4.7 - Acesso à Universidade). Igualmente, nestes ramos, as taxas de reprovação e evasão são extremamente pequenas, indicando, portanto, que os alunos que têm conseguido galgar o obstáculo do vestibular estão realmente credenciados a frequentar os cursos com excelente aproveitamento pedagógico. Em Medicina, para cada 100 alunos que ingressam, em determinado ano, na 1ª série, cerca de 83 concluem o curso seis anos depois; em Engenharia (cinco anos), a taxa atinge 87%. Em outros ramos, a situação é menos favorável: 41% em enfermagem, 70% em direito; 56% em economia; 65% em veterinária etc. Finalmente, parece fora de dúvida existir uma necessidade crescente de engenheiros e médicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Todavia, êste enfoque encontra sérias limitações quando se busca sua concretização prática: os vestibulares, como realizados atualmente, não permitem identificar adequadamente os estudantes capazes de cursar o ensino superior; em certos casos, também, por força das limitações do mercado de trabalho, é contra-indicado ampliar excessivamente o atendimento em certos ramos educacionais, mesmo para absorver vestibulandos bem-dotados, devendo-se procurar desviar êsses alunos para outros cursos em que possam realizar-se profissionalmente e colaborar com o desenvolvimento nacional. Tais fatos já permitem lembrar algumas medidas essenciais para a solução do problema dos excedentes a médio e longo prazos: a reformulação dos exames vestibulares e a expansão dos serviços de seleção vocacional e de orientação profissional (esta, com uma perspectiva ampla, que atenda às características individuais dentro das conveniências nacionais) (*). Essas medidas, por questões óbvias, devem ser acompanhadas da formulação e implementação de uma política nacional de utilização de mão-de-obra de nível superior.

Realmente, a política salarial, por exemplo, tem sido parcialmente responsável pela distorção apontada: a existência de vagas não preenchidas simplesmente ou não preenchidas por aquêles estudantes aptos a cursar o ensino superior do modo já comentado, em ramos profissionais de grande importância para o desenvolvimento nacional.

A definição de "excedente" aqui adotada, contém, implicitamente, a afirmação de que o ensino superior é reservado a um grupo de estudantes bem-dotados intelectualmente. Todavia, a demanda por ensino superior tem grande importância política e social, não importando aqui as condições intelectuais dos que batem às portas dos estabelecimentos respectivos. Se a demanda existe, ela, por si só, é relevante, abstração feita da qualidade dos estudantes envolvidos. Comparando o número dos estudantes que concluem o curso colegial com o número dos que prestam concurso vestibular, verifi-

(*) - Certos ramos profissionais, apesar de extremamente importantes para o País, têm um número de candidatos ao vestibular igual ou inferior ao número de vagas: biblioteconomia, ciências domésticas, desenho industrial, educação física, enfermagem, estatística, farmácia, etc. Campanha de divulgação, aliada à orientação profissional, poderia desviar parte dos vestibulandos para êstes cursos, com reais proveitos para os mesmos e para o País. Nas campanhas de divulgação poder-se-ia utilizar os próprios estudantes das modalidades que se deseja promover, além de profissionais de alto nível.

ca-se que êste, em determinado ano, excede de muito àquele, o que significa que todos - ou quase todos - que obtêm um diploma do 2º ciclo médio aspiram a ingressar no curso superior (mesmo considerando o grande número de estudantes que prestam exames de admissão aos cursos superiores várias vêzes, por fôrça de repetência, a observação é válida pois a 81 737 conclusões de curso médio em 1963, incluindo o secundário, normal e os ramos técnicos, corresponderam 113 074 inscrições no vestibular de 1964). Isso não é desejável: alguns graduados do curso colegial não têm condições para prosseguir seus estudos; o País necessita de técnicos industriais, comerciais e agrícolas de nível médio, assim como de professores normalistas. O desejo generalizado de cursar o ensino superior parece indicar que o fato de completar o curso colegial não tem, para o diplomado, nenhum valor prático senão o de permitir-lhe candidatar-se aos estabelecimentos de ensino superior.

Uma vez mais, a análise sugere uma medida de médio ou longo prazo para solucionar o problema de acesso ao ensino superior: os cursos médios devem ter sua qualidade melhorada, de modo que muitos dos diplomados se sintam realizados, sob todos os pontos-de-vista, no caso de encerrarem sua vida estudantil ao concluí-los.

Esta medida pode ser complementada com outra, de teor semelhante: a criação de carreiras curtas de nível superior, a exemplo da denominada "Engenharia de Operações". O Brasil, especialmente em decorrência do surto de industrialização, viu diversificarem-se as funções a serem exercidas nos seus setores de produção, sem que o sistema educacional pudesse vencer sua inércia natural e fornecer novos tipos de programas, menos extensos e custosos, mas necessários à formação de profissionais exigidos avidamente pelo mercado de trabalho. O IPEA já entrou em contacto com a Confederação Nacional da Indústria e o Conselho Federal de Educação no sentido de realizar-se uma pesquisa conjunta visando a identificar a qualidade e a quantidade dos profissionais que devem ser graduados nesses cursos para servir à indústria. Uma vez implantados, servirão êles para atenuar a pressão da demanda sôbre as carreiras longas, absorvendo os graduados do curso colegial que não estão suficientemente preparados para os cursos tradicionais mas que não desejam ingressar imediatamente no mercado de trabalho, e sim adquirir uma

formação educacional de nível superior (*).

Tais medidas são essenciais para que, a médio prazo, o problema dos excedentes seja sanado. São, também, complementares a uma expansão adequada do ensino superior, ponto central (embora não o único) da questão, que será tratado em detalhe adiante.

Deve-se enfatizar ainda que a Reforma Universitária, já iniciada, terá grande influência sobre a questão dos excedentes. Criados os Institutos Básicos, os vestibulares passarão, em todos os casos, a ser realizados para grupos de carreiras afins (algumas Universidades, como a Federal Fluminense, já o fazem), sem distinção do ramo que o estudante pretende seguir. Com tal procedimento, inúmeros problemas secundários serão resolvidos (caso de estudantes que, embora reprovados em certo ramo, estão aptos a seguir ramos afins; caso de perda de vagas por inscrição e aprovação duplas, etc.). Todavia, a instituição do vestibular único deve ser concretizado em todas as Universidades ao mesmo tempo, e pode ser acompanhado da realização de vestibulares estaduais ou regionais, para sua maior eficácia.

c) Soluções de Curto Prazo para o Problema dos Excedentes

A possibilidade imediata de expandir o ensino superior no Brasil, com o máximo proveito para a educação nacional, consiste principalmente em eliminar a capacidade ociosa existente em estabelecimentos já em funcionamento e dotados de bom padrão qualitativo: boas instalações e equipamentos, corpo docente de alto nível, etc.

A possibilidade de fazê-lo é muito maior do que se pode imaginar: os índices de utilização de laboratórios e salas de aula são baixos, mesmo nas escolas brasileiras de Medicina e Engenharia, que se constituem nas mais procuradas pelos vestibulandos; o mesmo sucede com a carga horária dos professores, que muitas vezes não atinge a média de seis horas semanais, aí computadas as tarefas extraclasse necessárias ao desempenho eficiente de suas atividades.

(*) - Exatamente nos casos de engenharia e medicina, nos quais a questão dos excedentes é mais aguda, a necessidade de criação de carreiras curtas é evidente, pois os profissionais desses cursos estão desempenhando atividades aquém das que poderiam desempenhar, por força de sua formação. Em termos econômicos, há "subemprego" nesses ramos profissionais, com os prejuízos daí decorrentes para a sociedade brasileira.

Trata-se de solução semelhante à que, naturalmente, o empresário privado procura adotar em face de uma expansão de demanda pelos seus produtos: a da melhor utilização de capacidade, inclusive, pela adoção de novos turnos de trabalho. Esse caminho, certamente tendente a proporcionar custos mais baixos, é sempre explorado antes de partir-se para a instalação de novos equipamentos ou construção de nova fábrica.

A título de exemplo, o IPEA desenvolveu um dos inúmeros esquemas possíveis para reduzir os índices de capacidade ociosa de professores e instalações, com conseqüente aumento de capacidade de atendimento (*). Estudou-se o caso típico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propondo-se a absorção de uma nova turma, de tamanho igual ao da já existente (200 alunos), através da utilização mais intensa dos laboratórios e salas de aula existentes, acompanhada da duplicação da carga horária de trabalho docente.

O esquema apresentado é, evidentemente, apenas um dos inúmeros possíveis para permitir a absorção, a curto prazo, dos excedentes. Poder-se-ia, ainda, optar pela redução das férias (6 meses, na realidade), o que não é absurdo em um país subdesenvolvido, que necessita realizar grande esforço para recuperar o hiato que o separa das nações mais prósperas. Outro esquema possível consistiria naquele apresentado na "Operação-Produtividade" (**), pelo qual haveria abolição do tradicional conceito de coincidência do ano letivo com o ano civil e melhor aproveitamento do corpo docente e das instalações e equipamentos disponíveis. Outra possibilidade consistiria em adotar-se os três esquemas em conjunto, o que conduziria o sistema a uma elevada expansão de atendimento.

2.2 - Discussão do Critério de Fixação de Metas e Margem de Variação

As projeções que conduziram à fixação de metas para o sistema educacional brasileiro atenderam à necessidade de integrar os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos da realidade nacional.

Embora a abordagem econômica deva assumir especial relevo na consideração da expansão do nível de ensino superior - neces

(*) - "Uso Intensivo do Espaço Escolar no Ensino Superior". Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA, Rio, março de 1968.

(**) - Ver em anexo.

sariamente condicionada pelas condições futuras do mercado de trabalho - não foram ignoradas suas implicações de caráter social, político e cultural - principalmente refletidas na preocupação de atendimento à crescente demanda de vagas nos cursos superiores.

Na abordagem inicial, meramente econômica, para a fixação das metas globais de expansão do sistema, foram consideradas as projeções de crescimento do produto, produtividade e emprego setoriais que, além das comparações internacionais realizadas, forneceram a demanda de mão-de-obra de nível superior no País. De outro lado, estimativas sobre a expectativa de vida da população indicaram as perdas desse estoque de mão-de-obra que deveriam ser substituídas. Esses dois componentes - substituição de perdas e expansão líquida - forneceram a demanda efetiva que, por seu turno indicou, em seguida, o produto necessário do sistema educacional, em termos de conclusões de curso. Para chegar a esse "produto" era indispensável conhecer os "insumos", isto é, a distribuição das matrículas por séries, o que foi feito através de estimativas sobre o comportamento da evasão e da repetência. Foi este o enfoque predominantemente utilizado para o ensino superior.

Após março de 1964, o impulso dado aos vários níveis de ensino foi de tal forma relevante que o aumento de matrículas superou todas as expectativas. Apesar disso, a demanda por educação continua crescendo. Atendendo às implicações políticas e sociais do desusado incremento dessa demanda - que não encontra correspondência, necessariamente, nas condições do mercado de trabalho - e tendo em vista que um plano com uma perspectiva suficientemente longa no tempo apresenta grande flexibilidade quanto ao ritmo a desenvolver na sua expansão quantitativa e na sua melhoria qualitativa, optou-se por um aumento mais intenso de matrículas nos anos iniciais - até 1970 -, após os quais tratar-se-á de aperfeiçoar o sistema em seus aspectos qualitativos e estruturais. Isso não significa que, no próximo triênio, descurar-se-á da adequação do ensino às necessidades nacionais; ao contrário, criar-se-ão as condições necessárias à sua total reformulação, especialmente no que diz respeito à compatibilização das aspirações por uma demanda crescente de educação de nível superior com as condições de absorção do mercado de trabalho.

Em resumo, no "Programa Estratégico", considerando a evolução mais recente do nível de ensino superior adotou-se a prática

de projetar essa tendência recente de crescimento quantitativo, de modo a atender, também, a fenômenos de ordem política e social. O impacto resultante da "Operação-Produtividade", (descrita em anexo), isto é seu reflexo sobre a expansão do sistema de ensino superior, foi levado em conta, tornando possível conciliar as limitações físicas e financeiras do sistema educacional com o atendimento da demanda social por educação.

As recentes informações relativas a 1966, 1967 e 1968 (as duas últimas preliminares) permitem prever um crescimento das matrículas conforme mostra o Quadro 35.

QUADRO 35
ENSINO SUPERIOR - METAS GLOBAIS EM
MATRÍCULAS TOTAIS, NO INÍCIO DO ANO

(1 000 alunos)

A N O	PROJEÇÃO FINAL
1966	180 (*)
1967	214 (**)
1968	241 (**)
1969	261
1970	294

(*) - Dado observado.

(**) - Estimativas preliminares do SEEC.

O modelo inicial, meramente econômico, por seu turno, admitia um crescimento de matrículas muito inferior: 183 mil em 1968; 199 mil em 1969 e 217 mil em 1970.

Do confronto entre as metas globais essencialmente econômicas e as metas globais finais do Programa Estratégico (Quadro 18) verifica-se a nítida preocupação com o atendimento às implicações políticas, sociais e culturais do processo educacional brasileiro. Deve-se notar, porém, que inúmeras medidas devem ser tomadas a fim de evitar que esse dimensionamento otimista do ensino superior não venha a acarretar, no futuro, graves problemas sociais, pela frustração de profissionais de alto nível que não encontram lugar no mercado de trabalho.

Assim sendo, as metas globais fixadas não devem ser superadas, pois tal procedimento não encontraria correspondência na esperada expansão das oportunidades de emprego, o que diminuiria drasticamente os níveis salariais ou acarretaria desemprego e criaria tensões sociais indesejáveis ou ainda redundaria em emigração para países mais desenvolvidos. Uma tal política traria ainda inúmeros outros transtornos:

a) para o próprio sistema educacional, desviando recursos de outros níveis de ensino que deveriam atender a toda população brasileira (ensino básico de 8 anos, primário e ginásial) ou ser aperfeiçoados qualitativamente (ensino técnico e normal);

b) para os demais setores da vida nacional, que se defrontem com inúmeros problemas que se refletem no próprio setor educacional e que carecem de recursos para adequar-se às exigências do processo de desenvolvimento (ciência e tecnologia, saúde, agricultura, etc.).

No caso das metas específicas, como ficou dito, já que as mesmas foram dimensionadas por critérios puramente econômicos, pode-se prever uma margem adicional de 5% nas matrículas planejadas para a 1ª série, ao longo do período, e de 10% para os totais de alunos previstos. Um incremento adicional teria consequências semelhantes às já apontadas nos parágrafos anteriores para o caso das metas globais. Deve-se notar que, em certos casos, as metas específicas - mesmo adicionado o desvio máximo previsto - já foram superadas. A estratégia a adotar consiste, portanto, em concentrar esforços nos ramos em que isto não sucedeu (medicina, enfermagem e arquitetura, por exemplo), de modo a obter um crescimento harmonioso do sistema educacional, sem a criação de problemas graves para o futuro.

2.3 - Crêterios Para a Expansão

2.3.1 - Considera es Gerais

Para efeito de realiza o das metas de ensino superior, notadamente com referência às carreiras de maior significa o para o desenvolvimento, levar-se-  a efeito substancial expansão do atendimento escolar através de:

a) OPERA O-PRODUTIVIDADE, (Ver Anexo) destinada a permitir grande aumento do número de vagas naquelas carreiras, a custos baixos, com manuten o ou aperfei amento dos padrões qualitativos, através da melhor utiliza o da infra-estrutura e demais fatores já existentes nas universidades, eliminando a subutiliza o de capacidade;

b) Expansão da capacidade instalada, desde que assegurada a adequada utiliza o da capacidade existente; o programa de obras e equipamento, principalmente dos institutos universitários, será orientado no sentido de evitar desperdício de recursos e assegurar a eficiência sem aparato (programa conjugado   "Opera o-Produtividade");

c) Dentro do mesmo objetivo de expansão quantitativa do sistema, será executado programa intensivo de cria o ou amplia o de vagas para carreiras curtas de nível superior, notadamente para atender às necessidades da indústria, agricultura e setor de saúde.

A op o por essa combina o de iniciativas distintas    bvvia. Procurar-se-  aproveitar as potencialidades ociosas da atual rêde de estabelecimentos, aumentando a produtividade no uso dos meios disponíveis (Opera o-Produtividade); ao mesmo tempo, será diversificada a oferta de profissionais de nível superior, com a cria o de novas carreiras (carreiras curtas, principalmente); finalmente, em última instância, aumentar-se-  a capacidade física da rêde de ensino, quando não houver outra alternativa para ampliar o atendimento escolar.

O Quadro 36 mostra os acréscimos anuais da matrícula no ensino superior e como se efetivará essa amplia o:

QUADRO 36

ENSINO - SUPERIOR

MATRÍCULAS ADICIONAIS E RESPECTIVA ABSORÇÃO

(1 000 alunos)

ANO	MATRÍCULAS ADICIONAIS	OPERAÇÃO- PRODUTIVIDADE	NOVOS INVESTIMENTOS
1968	27	-	27
1969	20	18	2
1970	33	18	15

Com base no Quadro 3 verifica-se que novos investimentos serão realizados para atender às novas matrículas não absorvidas pela "Operação-Produtividade" e, também, para aparelhar e complementar a Universidade.

A circunstância de, presentemente, inúmeras universidades estarem transferindo suas unidades para "campuses" merece especial ênfase. Esses novos investimentos, extremamente elevados, não significam, necessariamente, expansão da capacidade de atendimento e nem sempre obedecem a critérios racionais. Igualmente, o ônus dessa transferência não pode ser suportado com os recursos financeiros disponíveis, nem seria viável alocar recursos adicionais para tal prática, sem prejudicar os demais compromissos no próprio setor educacional e em outros campos da vida nacional. Daí, a necessidade de uma política racional para a concretização dos investimentos correspondentes, do que se tratará posteriormente.

2.3.2 - Melhor Utilização da Capacidade Disponível

A Operação-Produtividade, descrita em documento próprio, permitirá a absorção da capacidade efetivamente ociosa existente, através da racionalização do uso do espaço, do material e, sobretudo, do tempo do pessoal docente, criando, aproximadamente, 180 mil vagas em 10 anos (correspondente à matrícula total em 1966).

Para que seja caracterizada a "Operação-Produtividade", é necessário constituir grupos capazes de prestar assistência técnica aos estabelecimentos isolados e Universidades, de modo a implementá-la rapidamente, em trabalho comum com elementos técnicos das unidades selecionadas.

Uma variante mais singela da "Operação-Produtividade" pode ser adotada para combater especificamente o problema dos excedentes nas áreas de saúde e tecnologia.

A reformulação do cálculo de estimativa de vagas, que se impõe nesse caso, levará em conta levantamentos, sistemáticos e periódicos, realizados por órgãos especializados, compostos por professores e técnicos, nas Universidades. A caracterização da capacidade ociosa de espaço físico e produção docente - expressa nas relações existentes entre aluno-espaço e aluno-professor - constitui, conseqüentemente, a etapa preliminar do plano destinado a possibilitar o integral aproveitamento da rede de educação superior.

O "Programa Estratégico" prevê o número de matrículas que a 1ª série do ensino superior deve atingir, no período 1968/1970, para as várias profissões consideradas prioritárias, tendo em vista as exigências dos programas setoriais de desenvolvimento. Com base nessas metas, pode-se formular uma estratégia de atendimento de parte dos "excedentes", sem incorrer no perigo de formar-se uma quantidade excessiva ou insuficiente de profissionais.

Torna-se necessário, apenas, dispor de um sistema de informações que permita conhecer-se com presteza o número de alunos frequentando a 1ª série dos vários cursos e possibilite cobrir-se os deficits verificados com a absorção de "excedentes" dos exames já realizados ou com a realização de novos vestibulares.

Além desse critério geral, outros fatores podem ser considerados: uma vez que a demanda social por ensino também é importante, assim como a pressão política para ampliar o atendimento, pode-se julgar conveniente criar uma certa margem adicional de vagas além das quantidades apontadas. Todavia, ao quantificar as vagas adicionais não se deve exceder à percentagem de 5%, dos montantes previstos, ao longo do período. Para o caso das matrículas totais essa margem não deve superar 10%.

A política de expansão do ensino superior, em consequência, além de obedecer às indicações do mercado de trabalho, deve seguir as seguintes normas básicas:

- Verificados os deficits de matrículas na 1ª série dos cursos tratados na seção anterior, deve-se procurar eliminar a capacidade ociosa porventura existente nas unidades que já os ministram, dando-se prioridade às que os têm de melhor qualidade;

- Eliminada a capacidade ociosa nas unidades já existentes, se ainda persistir o deficit, deve-se ampliar o atendimento nessas mesmas unidades, iniciando-se a expansão pelas que apresentam melhor qualidade;

- Por questões econômicas (custos marginais elevados) e pedagógicas (dificuldade de recrutar professores), somente em último caso optar-se-á pela criação de novas unidades. Ainda assim, tais unidades devem ser criadas, inicialmente, nas Universidades já existentes e que ainda não as possuem. Somente em seguida é que se deve procurar implantar as denominadas "escolas isoladas", em locais estrategicamente situados.

Para concretizar a solução proposta, a Diretoria de Ensino Superior do MEC firmaria convênios com os estabelecimentos interessados, de modo a cobrir os dispêndios porventura decorrentes da aplicação do esquema de eliminação da capacidade ociosa: material de consumo adicional, despesas gerais com assistência aos estudantes, etc. Esses convênios devem ser firmados apenas após acurado exame da situação específica a que se aplica.

2.3.3 - Expansão da Capacidade da Rede de Ensino

No tocante ao programa de expansão, cabe estabelecer certos princípios gerais que deverão prevalecer nos planos respectivos, obedecendo à seguinte gradação:

- a) utilização da capacidade ociosa existente;
- b) expansão das escolas já instaladas, com padrões qualitativos satisfatórios e demanda de vagas comprovadamente superior à oferta;

c) criação de novas escolas ou cursos, nas Universidades existentes;

d) estabelecimentos de novas escolas isoladas.

O pleno aproveitamento da rede de ensino superior, em seus aspectos materiais e culturais, de pessoal e equipamento, portanto, é a medida preliminar sugerida ("Operação-Produtividade").

Quando fôr preciso implantar novos estabelecimentos de ensino superior, dentro de um planejamento geral, deverão êles atender a um mínimo de requisitos, materiais e culturais.-- corpo docente, instalações, disponibilidade de equipamento, etc. - e subordinar-se à idéia prioritária da concentração do ensino e da pesquisa em centros adequados. Através de assistência técnica recebida dos órgãos competentes, sempre que se fizer necessário, as novas unidades cumprirão um programa preparatório, paralelo à sua implantação destinado a assegurar-lhes viabilidade.

As duas primeiras linhas de ação ("Operação-Produtividade", programa de obras e programa intensivo de desenvolvimento das carreiras de curta duração) são essenciais à solução de problema do maior alcance econômico e social - o chamado problema dos "excedentes" de nível superior.

Para concretizar essa política, a autorização para funcionamento de novas unidades deve realizar-se do seguinte modo: Comissões de Especialistas assessorarão o Conselho Federal de Educação no sentido de verificar se a implantação é viável sob o ponto-de-vista pedagógico e jurídico; uma Comissão de técnicos dos Ministérios da Educação, Planejamento e Fazenda atestará a viabilidade financeira e econômica da implantação pretendida. O pedido de autorização de funcionamento deve ser acompanhado de um projeto de viabilidade que somente será **aprovado** pelo Conselho Federal de Educação depois de **aceito** pelas duas Comissões citadas.

2.3.4 - Alguns Critérios Específicos Importantes

2.3.4.1 - Cidades Universitárias

Em relação à construção dos "campuses" universitários, alguns princípios básicos devem ser observados:

a) Deverá haver a seleção das Universidades que construirão prioritariamente seus "campuses" e, dentro de cada Universidade, seleção de prioridades para a construção das diversas unidades; neste último caso, dar-se-á prioridade aos Institutos Básicos;

b) Os imóveis fora do "campus", liberados com a transferência das unidades, deverão ser alienados de modo a financiar parte substancial da construção do "campus";

c) Os projetos globais de implantação das "Cidades Universitárias" deverão ser enviados aos órgãos do Executivo encarregados do Orçamento e ao Fundo Financeiro de Educação, de modo a avaliar-se os investimentos necessários à sua implantação em todo o País. Esses projetos devem ser acompanhados de uma previsão detalhada da capacidade de atendimento da Universidade, por áreas de ensino, após completada a expansão e da previsão das despesas futuras de manutenção da Universidade (também por áreas de ensino).

d) Evitar-se-á a construção de Hospitais de Clínicas. Concluído o ciclo básico, os estudantes de Medicina poderão concluir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às Universidades, mas por elas utilizadas - através de convênios - para fins didáticos. Aos Hospitais de Clínicas já existentes o INPS deve reservar cota substancial de seus convênios.

2.3.4.2 - Universidades Rurais

O problema específico das Universidades Rurais deve ser tratado sob um novo ângulo, pois com a Reforma da Universidade sua situação se altera. Uma das seguintes duas alternativas, em cada caso específico, pode ser adotada:

a) Transformação da Universidade Rural em uma Universidade, no sentido real da palavra, com as ampliações necessárias;

b) Transformação da Universidade Rural em ciclo profissionalizante para profissões agrárias das Universidades existentes na mesma região.

2.3.4.3 - Escolas Isoladas

A situação das escolas isoladas federais merece, também,

especial atenção. Em certos casos, essas escolas devem transformar-se em ramos profissionalizantes de Universidades da região; em outros, onde haja concentração razoável de escolas isoladas e condições favoráveis sob os vários pontos-de-vista (pedagógico, administrativo e econômico), a escola isolada pode transformar-se no ciclo básico que servirá aos ramos profissionalizantes (outras escolas isoladas) da região em que se acha inserida.

2.3.4.4 - Situações Diversas

Não é impossível, no momento atual, que se aconselhem certas medidas mais radicais;

a) Em certos casos, algumas escolas devem ser fechadas e seus alunos encaminhados, com bolsas de estudo, a centros de ensino dotados de condições mais favoráveis (caso de escolas para as quais não há demanda de vagas; unidades que ministram cursos de má qualidade, para cujos diplomados não há mercado de trabalho; estabelecimentos cujo número de matrículas excessivamente baixo acarreta elevados custos e cujo proveito, para o País e seus alunos, não é condizente com o esforço financeiro para mantê-los);

b) Em alguns casos, também, é necessário impedir a proliferação de estabelecimentos de pequeno porte, que não possuem condições pedagógicas e econômicas para atender aos requisitos mínimos de eficiência que se deve exigir das unidades de ensino superior.

2.4 Instrumentos de Ação

O sistema financeiro da educação a implantar, será instrumento primordial para a implementação da política de expansão objetivada (Ver Anexo descrevendo o "Sistema Financeiro da Educação"). O Fundo Financeiro, vinculado à Secretaria-Geral, examinará todos os projetos relativos à expansão dos estabelecimentos isolados e Universidades Federais, condicionando sua aprovação e a liberação de recursos aos critérios estabelecidos na seção anterior.

A autorização para funcionamento das novas unidades ficará condicionada aos princípios aqui expostos e aos pareceres das Comissões mencionadas em seções anteriores; tais Comissões examinarão os projetos de implantação, testarão sua validade "in loco" e o Conselho Federal de Educação fará seu pronunciamento final à base das indicações das mesmas.

A elaboração dos orçamentos plurianuais de investimentos

levará em consideração os critérios apresentados anteriormente, com especial atenção para o caso dos "campuses", cujos projetos devem sofrer uma análise profunda, desde já, de modo a estabelecer prioridades, cronogramas e, em certos casos, aconselhar correções na sua concepção.

Em tôdas as decisões quanto à concessão de verbas deve-se ter presente o esforço dos órgãos a financiar no sentido de cumprir o Programa Estratégico do Governo e atender aos critérios gerais e específicos consubstanciados em seu corpo.

3.- OS RECURSOS PARA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

3.1 - Estimativa de Recursos Públicos para Educação no Período 1968-1970.

No período 1968-1970, os recursos públicos previstos pelo Programa Estratégico, para aplicação no setor educacional são extremamente ponderáveis. As cifras, que não incluem a ajuda externa canalizada pelo setor público, mas abrangem os recursos extraordinários, estão apresentadas no Quadro 37.

QUADRO 37

EVOLUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA INTERNA EM EDUCAÇÃO

1968/70

Em NCr\$ milhões de 1968

DISCRIMINAÇÃO	ANO		
	1968	1969	1970
<u>UNIÃO</u>	<u>1 017,4</u>	<u>1 187,5</u>	<u>1 233,8</u>
Desp. Correntes	683,7	847,9	857,5
Desp. Capital	333,7	339,6	376,3
<u>ESTADOS</u>	<u>1 477,2</u>	<u>1 931,0</u>	<u>2 042,6</u>
<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>184,6</u>	<u>249,7</u>	<u>281,7</u>
TOTAL	2 679,2	3 368,2	3 558,1

De acôrdo com os dados do Quadro 1 verifica-se que as despesas públicas internas totais em educação crescerão de 34% entre 1968 e 1970. O dispêndio médio anual no período 1968-1970 será de NCr\$ 3 162,9 milhões, substancialmente superior ao verificado em qualquer triênio no passado. Esse incremento será obtido através de um esforço solidário das três esferas do poder público, o que garantirá os padrões adequados de expansão do sistema educacional brasileiro.

Ao nível do Governo Federal deverão ser tomadas medidas para que os Estados e Municípios aumentem decisivamente sua ação no ensino básico (primário e ginásial). A União deflagrará a "Operação-Escola", ampliará seu programa de expansão dos ginásios orientados para o trabalho e criará incentivos para que as demais esferas do poder público, engajando-se nesses projetos, faça uso de recursos crescentes para assegurar seu êxito.

O Orçamento-Programa Plurianual já garante os recursos de capital federais previstos para o triênio; o decreto que deflagra a "Operação-Escola" condiciona a transferência de recursos da União para os Estados ao cumprimento da obrigatoriedade escolar em suas Capitais e cidades de maior desenvolvimento; os convênios, a assinar, entre a União e os Estados, de modo a concretizar o programa de ginásios orientados para o trabalho, por sua vez, garantem a utilização maciça de recursos do Fundo de Participação no setor educacional.

O Programa Estratégico, por seu turno, garante a aplicação integral dos recursos consignados aos projetos prioritários do setor educacional, que se distribuem em seis grupos principais, conforme está explicitado no Quadro 38.

QUADRO 38

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
RESUMO DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NA ÁREA EDUCACÃO

PROGRAMAS	APLICAÇÕES PREVISTAS		
	NCr\$ 10 ⁶		
	1968	1969	1970
1 - Programas especiais	2 620	4 320	3 900
2 - Programas de expansão da rede nacional de ensino	106 910	111 722	113 686
3 - Programas de formação de mão-de-obra	5 241	6 820	8 810
4 - Programas de treinamento de pessoal docente e administrativo	20 558	27 160	36 420
5 - Programas de assistência ao educando	31 071	28 074	38 308
6 - Programas de levantamentos e pesquisas	958	1 283	1 571
7 - Não definidos	-	80 000	82 500
T O T A L	167 358	259 379	285 195

OBS.: A rubrica "Programas Especiais" envolve apenas os recursos previstos para a implantação da "Operação-Produtividade", a ser desenvolvida junto a algumas Universidades com vistas ao melhor aproveitamento da sua capacidade em instalações e recursos humanos. Os recursos alocados como "Não definidos" se destinam à incorporação de novos projetos ou à expansão dos já previstos.

Far-se-á ainda um apêlo crescente aos recursos externos e aos recursos nacionais do setor privado, conforme se verá adiante (Anexo sobre o "Sistema Financeiro de Educação"), criando-se novas fontes de financiamento para o setor educacional.

Os recursos externos a serem canalizados pelo setor público, que já podem ser previstos, e que reforçarão a disponibilidade para aplicações em educação atingem os montantes apresentados no Quadro 39; o mesmo quadro totaliza os recursos públicos e externos para a educação, comparando-os com o Produto Interno Bruto.

QUADRO 39

RECURSOS PÚBLICOS PARA EDUCAÇÃO NO TRIÊNIO 1968-1970

(Em NCr\$ 1 000 de 1968)

	1968	1969	1970
Recursos Internos Públicos	2 679,2	3 368,2	3 558,1
Recursos Externos (*)	186,0	157,0	149,0
Total de Recursos para Educação	2 865,2	3 525,2	3 707,1
Produto Interno Bruto (PIB)	74 734,0	79 215,0	83 973,0
Recursos para Educação como Percentagem do PIB	3,8%	4,4%	4,4%

(*) Canalizados para a educação através do poder público.

Comparados com a Renda Nacional prevista para o triênio, os recursos públicos a atribuir à educação atingem a percentuais semelhantes aos aplicados mesmo em países de elevado nível de desenvolvimento.

É importante assinalar que essa elevação de dispêndios deve ser necessariamente acompanhada de uma efficientização das aplicações previstas. Em caso contrário, o País terá desenvolvido um esforço considerável e verá frustrados, ainda assim, seus anseios de aperfeiçoamento do sistema educacional.

3.2 - Forma de Aplicação dos Recursos: O Sistema Financeiro da Educação.

No quadro amplo e complexo do financiamento da Educação, cuja análise, em qualquer sistema educacional, demandaria volumoso estudo, destaca-se geralmente a assistência financeira prestada pelo Governo Central à rede de ensino do País.

No Brasil, a assistência financeira ao sistema educacional, uma das funções básicas atribuídas ao Ministério da Educação

e Cultura, tem sido prestada até agora de forma descoordenada e, em certos casos, desprovida de critérios que permitam alocar os recursos em consonância com os objetivos de uma política educacional geral. Excetuados talvez, na área do MEC, alguns programas específicos, cujos recursos representam uma proporção pequena do dispêndio total em Educação, e certas aplicações feitas através de outros Ministérios, a arbitrariedade e a improvisação têm imperado na distribuição dos recursos da União ao sistema educacional.

Como qualquer outra política, setorial ou global, a política educacional só se tornará efetiva na medida em que a alocação de recursos nessa área se subordine aos objetivos e metas da mesma política.

O orçamento por programas, prática já implantada no País, poderia ser o instrumento adequado para estabelecer a consistência da alocação de recursos com a política educacional. Entretanto, apesar dos esforços do órgão encarregado da consolidação da proposta orçamentária da União (SOF do MINIPLAN), isto não tem sido possível, basicamente por dois motivos: (1º) as unidades orçamentárias não têm geralmente condições de apresentar planos e programas que justifiquem suas solicitações de verbas; (2º) ainda que tivessem, não caberia àquele órgão orçamentário apreciar e julgar isoladamente os planos e programas apresentados.

Por outro lado, a execução da política educacional delineada poderá exigir um montante de recursos superior àquele que a União pode lhe oferecer, sem prejudicar as demais políticas setoriais e, conseqüentemente, comprometer toda a política global do Governo Central. Se os objetivos educacionais são todos igualmente desejáveis e os demais recursos necessários estão disponíveis, não seria racional deixá-los ociosos por falta de recursos financeiros. Confirmando-se esta possibilidade, devem as autoridades educacionais dispor de meios e condições para captar e ampliar os recursos, através de um ou mais dos diferentes meios de que dispõe o Governo Federal.

Parece evidente, portanto, que a concretização dos objetivos da política educacional fixada no Programa Estratégico de Desenvolvimento, cujas metas poderão ser ampliadas e/ou antecipadas por recomendação do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937, está na dependência da criação de um instrumento de política que disponha de meios operacionais mais eficientes do que os órgãos existentes na atual estrutura do MEC, ao qual está afeta a supervi

são e coordenação da execução da política educacional.

Como órgão responsável, na estrutura administrativa do MEC, pela coordenação setorial do planejamento educacional e do orçamento federal da Educação, a Secretaria-Geral poderia capacitar-se para o atendimento da exigência de consistência da alocação de recursos com a política educacional traçada. Entretanto, não teria esse órgão condições para exercer a função de captador de recursos adicionais para a Educação. Como esta função deverá tornar-se de maior importância e, necessariamente, deverá conjugar-se com a primeira, é imprescindível a criação de novo instrumento, certamente vinculado àquela Secretaria, em virtude da sua função primordial de coordenação já mencionada.

Inicialmente esse instrumento poderá se constituir num fundo contábil, vinculado à Secretaria-Geral do MEC, porém gerido e controlado por um Conselho no qual sejam representados, além do próprio MEC, os Ministérios da Fazenda, do Interior e do Planejamento e Coordenação Geral, bem como as classes produtoras do País. No futuro, esse fundo deverá evoluir para um sistema mais complexo, que virá a constituir o Sistema Financeiro da Educação.

Para que possa executar a tarefa básica que lhe será atribuída, de compatibilizar alocação de recursos com objetivos visados, o Conselho deverá contar com uma Secretaria Executiva, tecnicamente capacitada a analisar planos, programas e projetos que lhe sejam submetidos pelos órgãos e instituições que venham a pleitear recursos do Fundo.

Pelo mesmo motivo, passarão a ficar dependentes da aprovação do Conselho, mediante parecer da Secretaria Executiva, a consignação e/ou liberação de recursos para:

a) auxílios da União aos programas educacionais dos Estados e Municípios;

b) subvenções da União às instituições privadas de ensino;

c) atendimento de programas dos estabelecimentos de ensino de qualquer nível, mantidos pela União, que visem a expansão e/ou a melhoria do atendimento escolar, implicando em despesas de capital;

d) atendimento de programas especiais de aperfeiçoamento do magistério e de ensino pós-graduado, nos estabelecimentos mantidos pela União;

e) atendimento de programas de assistência a educandos

dos estabelecimentos mantidos pela União.

Assim sendo, a manutenção e operação da rede de estabelecimentos federais de ensino continuarão sendo atendidas pelas dotações normalmente consignadas no orçamento da União, através do Ministério da Educação e Cultura.

Para o atendimento dos auxílios, subvenções e programas mencionados, bem como outros que pela sua natureza e repercussões em relação à política educacional devam ser-lhe encaminhados, contará o Fundo com os seguintes recursos:

Dotações do Orçamento Federal

-- Verbas atualmente consignadas no Orçamento do MEC à título de:

- 1) transferências correntes e de capital aos sistemas educacionais dos Estados e Municípios;
- 2) transferências de capital às Universidades e Estabelecimentos Isolados de ensino superior, Escolas e Colégios de ensino médio, vinculados ao MEC;
- 3) subvenções a instituições privadas de ensino superior;
- 4) bolsas de estudo e manutenção e assistência em geral a educandos;

Recursos Extra-Orçamentários

- 1) parcela federal do salário-educação;
- 2) incentivos fiscais já institucionalizados ou que venham a ser criados com o fim específico de financiar a Educação;
- 3) anuidades, financiadas ou não, cobradas aos alunos de nível superior matriculados na rede de estabelecimentos federais;
- 4) recursos financeiros provenientes do exterior que envolvam compromisso de qualquer espécie por parte da União e previstos para aplicação em Educação;
- 5) doações e legados.

Dentre as fontes de recursos sugeridas, merece menção, especial a que se refere às anuidades cobradas nos estabelecimentos federais de ensino superior. Não caberia aqui justificar a necessidade, tanto do ponto-de-vista social como econômico, da extinção da gratuidade indiscriminada do ensino superior federal. Deve-se, entretanto, frisar que a adoção dessa medida deve ser concomitante com a criação de um adequado sistema de assistência a educandos, capaz de efetivamente amparar, permitindo-lhe o acesso ao curso superior, o estudante comprovadamente carente de recursos. O Fundo cuja criação se sugere poderá ser o instrumento adequado para a im-

plantação de um tal sistema de assistência, para o qual indiscutivelmente deverão contribuir os alunos que apresentem condições econômicas. A forma pela qual se procederá à extinção da gratuidade indiscriminada e substituição das atuais anuidades - cobradas apenas por algumas Universidades federais e que evidentemente estão fixadas a níveis muito modestos - deverá ser discutida e pormenorizadamente analisada. O princípio básico é que a extinção deve ser gradativa e o valor da anuidade deverá ser estabelecido em função apenas do custo corrente do aluno-ano, não considerados portanto os custos de capital. Pode-se sugerir o seguinte critério:

Os alunos que a partir de 1969, estiverem cursando a 1ª série dos estabelecimentos universitários ou isolados de ensino superior federais, contrairão a obrigação de reembolsar ao Fundo financeiro do MEC um valor correspondente a determinada percentagem do custo corrente do aluno-ano na Universidade ou estabelecimento isolado respectivo. Essa percentagem será fixada posteriormente, em função dos objetivos da política educacional do Governo. Em 1970 passarão para o mesmo regime também os alunos da 2ª série, em 1971 os da 3ª série e assim por diante até que todos os alunos matriculados estejam incluídos no sistema.

A modalidade de reembolso admitirá quatro variantes, que serão função do rendimento do grupo familiar a que pertence o estudante:

a) os estudantes mais carentes de recursos gozarão de isenção de pagamento e serão agraciados com bôlsas para gastos pessoais;

b) outro grupo de estudantes gozará apenas da isenção de pagamento;

c) outra parcela de estudantes ficará obrigada a reembolsar o Fundo, após um período correspondente ao número de anos de duração do curso respectivo mais um ano de carência, e durante um prazo a ser determinado, a percentagem do custo unitário que lhe corresponder acrescida da correção monetária devida;

d) outro grupo mais pagará, durante o curso, a referida soma, ou seja, a percentagem do custo unitário corrente.

Outra fonte nova de recursos para a educação e que merece citação especial consiste na iniciativa privada, que será chamada a contribuir através de lei específica que facultará às pessoas físicas e jurídicas atribuir parte do seu imposto de renda devido a projetos de Universidades ou estabelecimentos isolados de en-

sinô superior; a mesma lei atribuirá ainda, ao setor educacional, 10% dos incentivos fiscais concedidos à iniciativa privada para a implementação de projetos nas áreas da SUDENE e da SUDAM, tornando obrigatório que tais aplicações se façam nas mesmas áreas dos projetos correspondentes. Em 1967, os incentivos fiscais atingiram, no total, cerca de NCr\$ 430 milhões, o que daria à educação recursos adicionais da ordem de NCr\$ 43 milhões. No mesmo ano de 1967, os incentivos fiscais de que tratava o Decreto-Lei 157, para aquisição de ações, somaram cerca de NCr\$ 32 milhões. É de prever, desse modo, que tais incentivos para a educação, em moeda de 1968, possam superar facilmente a cifra de NCr\$ 60 milhões, já em 1969.

ANEXO I
"OPERAÇÃO-PRODUTIVIDADE"
PROJETO ESPECIAL PRIORITÁRIO
DO
PROGRAMA ESTRATÉGICO

Contribuição do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA, para o Grupo de Trabalho criado pelo decreto nº 62 937, de 3 de julho de 1968.

Objetivos Gerais e Justificativa

País em acentuado ritmo de desenvolvimento, está o Brasil a exigir um aumento substancial nas oportunidades de educação em nível superior; não podem ser ignorados os problemas suscitados, anualmente, pelos chamados "excedentes" às vagas disponíveis. É, todavia, impossível pensar num atendimento indiscriminado dessa demanda, sem atenta para os interesses da Nação como um todo, isto é, sem orientá-lo para as metas que objetivam o progresso socioeconômico do País e a adequada formação dos indivíduos que desejam escolarização de "nível universitário". Isto significa que a ampliação de matrículas deve obedecer a um modelo que atenda às exigências do desenvolvimento socioeconômico do País, distribuindo-se ordenadamente por áreas de conhecimento consideradas prioritárias, respeitadas também, as variações regionais.

Admitindo que a taxa de crescimento das matrículas no ensino superior deva ser da ordem de 11% no período 1968/1970, procurar-se-á adaptar a ela a expansão, prioritária, das vagas disponíveis nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional, isto é: profissões da saúde (Medicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia), profissões da área tecnológica (Engenharia e Química) e formação de professores para os níveis superior e médio (especialmente de ciências). Dever-se-á ter em conta, ainda, a melhoria qualitativa do ensino nas áreas ligadas aos setores econômicos primário e secundário, especialmente agronomia e veterinária, com o objetivo de atrair para êles mais expressivos contingentes de candidatos.

Conceitua-se, assim, a Operação-Produtividade, como sendo o conjunto de medidas e recursos postos em jôgo para conseguir, com um mínimo de gastos - nestes subentendidos recursos humanos e materiais de tôda a sorte - o máximo de rentabilidade das escolas superiores, traduzida pelo fornecimento de graduados em número equivalente ou, aproximadamente equivalente, àquele teòricamente estabelecido em função de sua plena capacidade de trabalho.

A Operação-Produtividade tem seu sucesso ligado à redução da capacidade ociosa das diferentes unidades de ensino superior. O grau de êxito manterá relação inversa com o desperdício de meios disponíveis para a distribuição de ensino adequado.

Para a formulação do Projeto foram levados em conta os estudos disponíveis relativos à oferta de vagas nas unidades fede-

rais que constituem a r ede de ensino superior no Brasil e, tamb em, a procura de vagas (dado aproximado) nas diferentes regiões. Procura-se atacar, simult aneamente, dois entraves que se opõem   expansão do ensino superior: o ineficiente aproveitamento das disponibilidades escolares e a desordenada prolifera o de unidades de ensino superior, de vez que, paradoxalmente, a cria o não planejada de estabelecimentos de ensino   óbice ao desenvolvimento do setor, por desviar para êles, sem a produtividade desejada, ponderável parcela de recursos materiais e humanos.

De fato, o número de vagas, na maioria dos estabelecimentos de ensino superior, não vem crescendo proporcionalmente ao número de candidatos que as demandam. Por outro lado, há comprovado desperdício do tempo utilizável, acarretado pelo difuso sistema de ensino que, escassamente, aproveita cêrca da metade do ano civil (180 dias letivos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional) e, não raro, d esses dias, apenas poucas horas. Ocorre, ainda, a existência de "distor o na procura de vagas, determinada pelo prestígio de certas profissões", implicando no não preenchimento de vagas de outras escolas de "relevante utilidade social", enquanto numerosos "excedentes" ficam fora da Universidade. As referidas condi es são convergentes e, pela corre o das anomalias que as segundas descrevem, consegue-se a corre o, pelo menos parcial, de efeitos da primeira, isto  : o mais sábio aproveitamento do tempo e das vagas disponíveis implicará na disponibilidade de maior número de oportunidades para o ingresso no curso superior.

O Programa pretende:

a) a curto prazo:

Favorecer o aproveitamento das atuais disponibilidades de instala es materiais e de professores nas unidades universitárias e institui es isoladas de ensino superior, federais, especialmente no tocante   forma o de profissionais para áreas prioritárias: Faculdades de Medicina, de Enfermagem, Faculdades de Odontologia, Engenharia (em suas diversas modalidades, incluindo Química), Farmácia (nos seus aspectos tecnológicos de bioquímica aplicada   saúde), Agronomia e Veterinária.

b) a prazo mais longo:

Aumentar, pela cria o planejada de unidades de ensino, o

número de vagas nas primeiras séries dos cursos antes referidos e, ainda, posteriormente, naqueles que se venham a fazer necessários a fim de que seja mantido o crescimento harmonioso da rêde de ensino superior no País.

Órgãos Envolvidos no Programa

Além do Govêrno Federal, através do MEC, estarão envolvidas no Programa as Universidades ou entidades isoladas de ensino superior em que vier a ser implantada a Operação-Produtividade, prevendo-se a participação de organismos internacionais ou de programas especiais de governos estrangeiros.

Área Geográfica de Influência

O Programa visará alcançar todo o território nacional, dentro dos aspectos de necessidade específica da região considerada.

Descrição do Programa

Estruturado sôbre a constatação da existência de capacidade disponível não utilizada dentro de uma determinada unidade escolar, o sucesso do Programa dependerá de aceitação das seguintes idéias:

a) alterações na fórmula de distribuição das atividades escolares ao longo do ano civil; b) modificação das épocas tradicionais destinadas às férias escolares e redução de seu tempo; c) compactação do ensino das várias disciplinas curriculares, estabelecido um critério de horas per capita estudante para trabalhos escolares, ao longo do ano letivo.

As alterações tocantes a êsses três aspectos são essenciais à dinâmica da Operação.

Aceita: por uma unidade de ensino a idéia da instalação da Operação-Produtividade serão, imediatamente, coordenadas as medidas consideradas imprescindíveis à sua concretização.

Trabalhos Preliminares

Incluem, tanto o levantamento da chamada "capacidade disponível" ou seja, das potencialidades capazes de responder a pro-

cesso de atualização, quanto o levantamento dos recursos necessários à sua complementação para passarem ao estado de "disponibilidade atual".

a) Levantamento das Potencialidades

Compreenderá a discriminação dos locais disponíveis para o ensino, consideradas as capacidades efetivas de lotação escolar (salas de aula, laboratórios, clínicas, hospitais, oficinas, etc.); a discriminação circunstanciada do equipamento e aparelhagem existentes; o cálculo do gasto per capita dos estudantes no uso dos diversos materiais ditos "de consumo", para cada disciplina curricular. Será examinado o acervo da biblioteca especializada e averiguada a existência de pessoal capacitado a manipulá-lo. Será feito um levantamento retrospectivo da procura de vagas no último quinquênio, a qual será comparada com o levantamento do oferecimento de vagas. Será estudado o tempo empregado por docente no atendimento dos discentes, seja em atividades formais de aulas, seja em orientação de trabalhos extracurriculares. O estabelecimento da disponibilidade de pessoal docente obedecerá ao critério da relação "docente: número de estudantes: horas de T.E. calculadas (1)".

A série de levantamentos referidos servirá de base ao trabalho de planejamento global das atividades a serem implantadas, com vistas ao estabelecimento de uma estrutura de recursos conveniente ao êxito da Operação.

b) Planejamento Global

O planejamento da Operação-Produtividade será feito para cada unidade de per si e, de um modo global, obedecendo diretrizes vinculadas aos seguintes pontos:

1º) interêsse regional pela multiplicação de vagas para o setor de formação em causa;

2º) disponibilidade de razoável mercado de trabalho, pelo menos potencial, para a mão-de-obra especializada que se vai formar;

3º) disponibilidade adequada de pessoal docente para atendimento, no mínimo, das funções que não poderão ser atribuídas a professores-visitantes;

(1) - Horas de T.E. (trabalho escolar) incluem aquelas necessárias ao desenvolvimento consciente das tarefas de ensinar: frequência à biblioteca para estudo e preparo de aulas, assistência e promoção de seminários, atendimento a conferências e reuniões, e, nos casos em que existe, dedicadas a trabalhos de pesquisa.

4º) a não saturação "atual" das vagas existentes (1).

A principal economia da Operação-Produtividade reside no uso da máquina administrativa já instalada para a ministração do ensino e no aproveitamento das instalações e equipamentos permanentes. Serão necessários, entretanto, investimentos em diversos setores, devendo merecer considerações complementações relativas a:

- a) corpo docente;
- b) ampliação eventual de instalações e de equipamento;
- c) verbas para custeio.

Características do Programa

Caracteriza a Programa o esforço de ampliar as matrículas nas modalidades profissionais consideradas prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico do País, num mínimo de tempo e com dispêndio reduzido de recursos, levando à produtividade máxima as unidades de ensino superior já instaladas no território nacional.

Estrutura de Recursos

Embora possa vir a contar com recursos extragovernamentais o planejamento da Operação-Produtividade deve ser feito com apoio em verbas orçamentárias previstas para o triênio em NCr\$... 10 840 000,00.

Desenvolvimento do Programa

Admite-se que, nas primeiras unidades que desejem instalar a Operação, os "trabalhos preliminares" cubram todo o exercício de 1968 e que as atividades escolares sejam instaladas no mês de fevereiro do ano de 1969.

Torna-se de toda a conveniência que a Operação seja, simultaneamente, instalada em pontos estratégicos para as diversas regiões geoeconômicas brasileiras.

Sem que constituam fator necessário ao sucesso da Operação, algumas medidas são vantajosas para seu melhor desenvolvimento sendo, como tal, aconselháveis. As mais importantes são de ordem didática:

(1) - Este assunto merece reparo pois, no momento, algumas unidades de ensino se apresentam super-saturadas com relação às suas reais potencialidades, sendo necessário não instalar a Operação-Produtividade mas, sim, fazer com que, por um planejamento a posteriori a escola não venha a ser vítima de um colapso em sua estrutura.

1º) Instalação de Atividades Escolares Não-tradicionais

Um dos mais graves óbices que vêm impedindo a dinamização do processo ensino-aprendizado é o tradicionalismo com que se levam a cabo as atividades escolares restritas, quase sempre, às aulas, ditas "magistrais", acompanhadas, na melhor das hipóteses, pelas aulas "práticas" em que os estudantes se exercitam (nem sempre pelo espaço de tempo necessário) em habilidades do tipo sensorial-motor. O exercício prático assume, em algumas escolas, a fórmula de um estágio pré-profissional, sob a supervisão dos mestres. O sistema, desprovido de qualquer elasticidade, não promove o desenvolvimento da iniciativa pessoal, da curiosidade científica, nem dá atividade criadora. Todavia, para que a escola superior forme os indivíduos altamente diferenciados que devem liderar o progresso da Nação, deve proporcionar a seus alunos oportunidade para desenvolvimento das faculdades superiores, raciocínio e imaginação. Isto se consegue pelo uso de recursos dinâmicos, tais como: sessões de discussões de casos ou teses; seminários sobre temas de atualidade; redação e apresentação de trabalhos de atualização e revisão científica, após a consulta à literatura especializada; iniciação à pesquisa científica, etc.

O ensino compacto ou seja, o ensino nos moldes preconizados para o funcionamento da Operação, favorece a instalação dessas formas de atividade escolar, de vez que, polarizada num só sentido, a atenção, bem como o interesse do aluno, não se dispersa, solicitada por multiplicidade de matérias de diverso conteúdo, ao longo de todo o ano escolar.

2º) O Regime de Notas

O processo de avaliação do aproveitamento discente é muito importante para o bom andamento do ensino e, particularmente, significativo para a aferição do acerto do ensino **compactado**.

Neste, não cabem as fórmulas tradicionais de exames a serem realizados em distantes datas pré-fixadas; a exigência, por outro lado, da prestação de várias provas em curto espaço de tempo é medida que não encontra apoio em princípios pedagógicos. Faz-se mister utilizar outros recursos para a avaliação do aproveitamento escolar e a promoção do estudante.

Sem abandono dos métodos normais de avaliação do aprendizado, convém que seja implantada a fórmula de "créditos de esco-

laridade" com promoção "por conceito", a qual apresenta nítidas vantagens quando se trata de estudantes de nível superior, já possuidores de uma consciência do dever escolar e de automotivação para o estudo. Além das vantagens que se fazem notar para o lado do estudante, a iniciativa garante ao professor uma visão permanente do acêrto do trabalho que desenvolve.

3º) A Integração do Ensino

Entendendo-se por "integração" "o harmonioso entrosamento no ensino das matérias cujo conteúdo constitui o bloco de conhecimentos capaz de definir um determinado profissional e, também, a compreensão, por parte dêste, do papel que deve desempenhar na coletividade a que se vincula", assume ela importância extrema na melhoria do nível do ensino e, conseqüentemente, da formação do respectivo estudante.

Na "integração", o ensino compactado atinge seu ponto mais alto, de vez que tópicos afins de disciplinas diversas são tratados em unidades de vista, como constituintes de "conjuntos didáticos" com objetivo comum. A integração é facilitada graças à concentração dos ensinamentos de disciplinas afins ou mutuamente condicionadas.

O "ensino integrado" permite a constante motivação para o estudo das matérias básicas nos ciclos de formação profissional e a não perda de perspectivas de aplicação nos ciclos de formação básica, assegurando uma educação equilibrada ao universitário que ganha consciência do papel que lhe está reservado na sociedade a que pertence.

A adoção da Operação-Produtividade será garantia de aceleração do processo de desenvolvimento socioeconômico do País, principalmente se vier a ser introduzida nas áreas de profissões estratégicas para o mesmo, com atendimento das exigências de peculiaridades regionais que impõem, muitas vêzes, soluções singulares para problemas de caráter geral. Os efeitos benéficos da Operação serão notados a curto prazo, quando contingentes significativos de profissionais, adequadamente formados, forem lançados ao mercado de trabalho, modificando, para melhor, a tendência das linhas que delimitam as perspectivas do progresso da Nação.

ANEXO II

O SISTEMA FINANCEIRO DA EDUCAÇÃO

Ação

No sentido de cumprir eficientemente sua função básica de prestar assistência financeira ao sistema educacional brasileiro, a União, por ocasião da Reforma Administrativa, estabelecerá um sistema financeiro da educação no Ministério da Educação e Cultura.

Objetivos

O sistema financeiro da educação, em consonância com a atribuição de elevada prioridade ao setor educacional, procurará ampliar os recursos necessários à concretização dos objetivos expressos no Programa Estratégico. Por outro lado, será encarregado de tornar a alocação de recursos da União ao setor educacional consistente com sua política educacional. Finalmente, zelará pela elevação da produtividade dos dispêndios federais no campo educacional.

Vinculação

Considerando que as funções de coordenação setorial do planejamento educacional e do orçamento federal da educação são de competência da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, esse sistema financeiro deve ficar vinculado ao referido órgão.

Organização

Constituído sob forma inicial de fundo contábil, será orientado, dentro dos princípios da política educacional do Governo, por um Conselho Diretor, com representantes dos Ministérios da Educação, Fazenda, Planejamento e Interior e representantes das classes produtoras. Além disso, contará com uma Secretaria Executiva, destinada a examinar planos, projetos e programas das demais esferas do setor público (Estados e, eventualmente, Municípios que estejam envolvidos em projetos especiais prioritários de interesse da União), Universidades e estabelecimentos federais isolados de ensino superior candidatos à transferência de recursos da União. A Secretaria Executiva será incumbida, também, de examinar os projetos da iniciativa privada, fazendo com que as subvenções da União sejam atribuídas segundo critérios que se ajustem à política educa-

cional do Governo Federal. Ao mesmo órgão atribuir-se-á a tarefa de acompanhamento e avaliação dos resultados dos projetos e programas que o Fundo beneficiar com seus recursos financeiros.

Recursos

O Fundo será constituído de recursos atualmente consignados no Orçamento Federal para transferências correntes e de capital aos Estados e Municípios, transferências de capital às Universidades e estabelecimentos federais isolados de ensino superior e subvenções a entidades privadas constantes do Orçamento do Ministério da Educação e Cultura. Contará, ainda, com os recursos extra-orçamentários referentes à parcela federal do salário-educação, assim como com recursos provenientes de incentivos fiscais que venham a ser institucionalizados. Captará outros recursos privados, provenientes do pagamento de anuidades, financiadas ou não, por parte de estudantes de nível superior da rede de estabelecimentos federais. Finalmente captará e repassará recursos financeiros externos de qualquer espécie obtidos por parte da União, observando, neste caso, a política expressa do Ministério do Planejamento sobre cooperação internacional. As normas e critérios detalhados das operações do Fundo serão regulados posteriormente, por dispositivo legal competente; a regulamentação do Fundo fixará os prazos das diversas etapas de concretização de seus objetivos operacionais, que deverão ser atingidos gradualmente.

A extinção da gratuidade indiscriminada no ensino superior federal far-se-á gradativamente, obedecendo aos seguintes critérios:

a) Os alunos que, a partir de 1969, estiverem cursando a série dos estabelecimentos universitários ou isolados de ensino superior federais contrairão a obrigação de reembolsar ao Fundo Financeiro do MEC um valor correspondente a determinada percentagem do custo corrente do aluno ano na Universidade ou estabelecimento isolado respectivo. Essa percentagem será fixada posteriormente, em função dos objetivos da política educacional do Governo. A modalidade de reembolso admitirá quatro variantes, que serão função do rendimento do grupo familiar a que pertence o estudante:

a) Os estudantes mais carentes de recursos gozarão de isenção de pagamento e serão agraciados com bolsas para gastos pessoais;

b) Outro grupo de estudantes gozará de isenção de pagamento;

c) Outra parcela de estudantes ficará obrigada a reembolsar, após um período correspondente ao número de anos do curso respectivo mais um ano de carência, a percentagem do custo corrente unitário que lhe corresponder;

d) Outro grupo mais pagará, durante o curso, a referida soma (percentagem do custo unitário corrente).

